

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	15
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	127
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	129
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	130

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.165.000
Preferenciais	0
Total	1.165.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	22.881.000	23.225.000
1.01	Ativo Circulante	10.266.000	10.460.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	876.000	257.000
1.01.03	Contas a Receber	5.041.000	5.574.000
1.01.04	Estoques	3.054.000	3.224.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	558.000	633.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	558.000	633.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	164.000	150.000
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições	394.000	483.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	61.000	40.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	676.000	732.000
1.01.08.03	Outros	676.000	732.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	34.000	74.000
1.01.08.03.02	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	531.000	514.000
1.01.08.03.03	Outros	111.000	144.000
1.02	Ativo Não Circulante	12.615.000	12.765.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.556.000	6.642.000
1.02.01.03	Contas a Receber	360.000	376.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.548.000	3.619.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.071.000	3.150.000
1.02.01.06.02	Impostos e contribuições	477.000	469.000
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	190.000	182.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.458.000	2.465.000
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	994.000	977.000
1.02.01.09.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.444.000	1.469.000
1.02.01.09.06	Outros Realizáveis a Longo Prazo	20.000	19.000
1.02.02	Investimentos	319.000	334.000
1.02.03	Imobilizado	5.292.000	5.338.000
1.02.04	Intangível	448.000	451.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	22.881.000	23.225.000
2.01	Passivo Circulante	4.265.000	4.355.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	252.000	225.000
2.01.02	Fornecedores	2.272.000	2.645.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	265.000	204.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	147.000	78.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	118.000	126.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.336.000	1.147.000
2.01.05.02	Outros	1.336.000	1.147.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	574.000	273.000
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições	249.000	269.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	513.000	605.000
2.01.06	Provisões	140.000	134.000
2.01.06.02	Outras Provisões	140.000	134.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	140.000	134.000
2.02	Passivo Não Circulante	10.106.000	10.044.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.950.000	4.024.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.545.000	3.550.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	405.000	474.000
2.02.04	Provisões	6.156.000	6.020.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.151.000	2.078.000
2.02.04.02	Outras Provisões	4.005.000	3.942.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	3.993.000	3.928.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	12.000	14.000
2.03	Patrimônio Líquido	8.510.000	8.826.000
2.03.01	Capital Social Realizado	6.352.000	6.352.000
2.03.04	Reservas de Lucros	3.581.000	3.897.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.423.000	-1.423.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	22.361.000	19.971.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20.858.000	-18.498.000
3.03	Resultado Bruto	1.503.000	1.473.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.044.000	-1.054.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-700.000	-698.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-185.000	-201.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-163.000	-146.000
3.04.05.01	Tributárias	-27.000	-36.000
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-136.000	-110.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.000	-9.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	459.000	419.000
3.06	Resultado Financeiro	-50.000	-144.000
3.06.01	Receitas Financeiras	77.000	129.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	77.000	129.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-127.000	-273.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-105.000	-438.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-22.000	165.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	409.000	275.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-162.000	-119.000
3.08.01	Corrente	0	-66.000
3.08.02	Diferido	-162.000	-53.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	247.000	156.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	247.000	156.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21	0,13
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21	0,13

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	247.000	156.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	247.000	156.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	561.000	676.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	893.000	843.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	247.000	156.000
6.01.01.02	Despesa Atuarial com Planos de Pensão e Saúde	109.000	125.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	-4.000	9.000
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	105.000	111.000
6.01.01.06	Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes	121.000	125.000
6.01.01.07	Resultado com alienação, baixa de ativos	-1.000	-4.000
6.01.01.08	Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas	44.000	162.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social	162.000	119.000
6.01.01.11	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.000	-20.000
6.01.01.13	Apropriação de seguros, aluguéis e outros	15.000	21.000
6.01.01.14	Provisão para Processos Judiciais	72.000	60.000
6.01.01.15	Provisão para incentivo ao desligamento voluntário	22.000	-21.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-267.000	-171.000
6.01.02.01	Contas a receber	122.000	302.000
6.01.02.02	Estoques	215.000	443.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-5.000	0
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-45.000	-54.000
6.01.02.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	-113.000	-90.000
6.01.02.06	Outros ativos	36.000	-61.000
6.01.02.07	Fornecedores	-363.000	-542.000
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-59.000
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	-59.000	-35.000
6.01.02.10	Planos de pensão e saúde	-38.000	-24.000
6.01.02.11	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-1.000	-77.000
6.01.02.12	Outros Passivos	-16.000	26.000
6.01.03	Outros	-65.000	4.000
6.01.03.01	Outros Ajustes	-65.000	4.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	161.000	-471.000
6.02.01	Adições de imobilizados e intangíveis	-70.000	-58.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos	0	12.000
6.02.04	Investimentos em títulos e valores mobiliários	231.000	-425.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-103.000	-271.000
6.03.03	Amortizações de principal	0	-9.000
6.03.04	Amortizações de juros	0	-163.000
6.03.08	Cessões de direitos creditórios - FIDC	-1.000	0
6.03.10	Outras operações de financiamento	-102.000	-99.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	619.000	-66.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	257.000	442.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	876.000	376.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	3.897.000	0	-1.423.000	8.826.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-177.000	0	-177.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	3.897.000	-177.000	-1.423.000	8.649.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-386.000	0	0	-386.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-386.000	0	0	-386.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	247.000	0	247.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	247.000	0	247.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	3.511.000	70.000	-1.423.000	8.510.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.000	0	156.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.000	0	156.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	6.352.000	0	3.045.000	156.000	-1.987.000	7.566.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	27.816.000	24.925.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	27.763.000	24.865.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	54.000	40.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.000	20.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.187.000	-19.780.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.639.000	-18.028.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-785.000	-1.031.000
7.02.04	Outros	-763.000	-721.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-763.000	-721.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.629.000	5.145.000
7.04	Retenções	-105.000	-111.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-105.000	-111.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.524.000	5.034.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	160.000	372.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.000	-9.000
7.06.02	Receitas Financeiras	91.000	315.000
7.06.03	Outros	65.000	66.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.684.000	5.406.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.684.000	5.406.000
7.08.01	Pessoal	363.000	368.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	177.000	204.000
7.08.01.02	Benefícios	170.000	146.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.000	18.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.844.000	4.334.000
7.08.02.01	Federais	327.000	214.000
7.08.02.02	Estaduais	4.501.000	4.101.000
7.08.02.03	Municipais	16.000	19.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	230.000	548.000
7.08.03.01	Juros	142.000	459.000
7.08.03.02	Aluguéis	88.000	89.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	247.000	156.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	247.000	156.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	23.372.000	23.762.000
1.01	Ativo Circulante	10.418.000	10.703.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.105.000	483.000
1.01.03	Contas a Receber	4.894.000	5.528.000
1.01.04	Estoques	3.076.000	3.245.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	604.000	673.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	604.000	673.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	166.000	151.000
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições	438.000	522.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	61.000	40.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	678.000	734.000
1.01.08.03	Outros	678.000	734.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	34.000	74.000
1.01.08.03.02	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	531.000	514.000
1.01.08.03.03	Outros	113.000	146.000
1.02	Ativo Não Circulante	12.954.000	13.059.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.690.000	6.754.000
1.02.01.03	Contas a Receber	374.000	376.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.640.000	3.703.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.091.000	3.162.000
1.02.01.06.02	Impostos e contribuições	549.000	541.000
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	190.000	182.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.486.000	2.493.000
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	1.017.000	1.000.000
1.02.01.09.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.444.000	1.469.000
1.02.01.09.06	Outros Realizáveis a Longo Prazo	25.000	24.000
1.02.02	Investimentos	34.000	36.000
1.02.03	Imobilizado	5.780.000	5.816.000
1.02.04	Intangível	450.000	453.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	23.372.000	23.762.000
2.01	Passivo Circulante	4.330.000	4.413.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	254.000	227.000
2.01.02	Fornecedores	2.318.000	2.682.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	286.000	214.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	257.000	185.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	29.000	29.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.332.000	1.156.000
2.01.05.02	Outros	1.332.000	1.156.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	574.000	273.000
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições	260.000	278.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	498.000	605.000
2.01.06	Provisões	140.000	134.000
2.01.06.02	Outras Provisões	140.000	134.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	140.000	134.000
2.02	Passivo Não Circulante	10.532.000	10.523.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.372.000	4.498.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.328.000	4.455.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	44.000	43.000
2.02.04	Provisões	6.160.000	6.025.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.151.000	2.079.000
2.02.04.02	Outras Provisões	4.009.000	3.946.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	3.997.000	3.932.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	12.000	14.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.510.000	8.826.000
2.03.01	Capital Social Realizado	6.352.000	6.352.000
2.03.04	Reservas de Lucros	3.581.000	3.897.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.423.000	-1.423.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	22.499.000	20.049.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20.982.000	-18.568.000
3.03	Resultado Bruto	1.517.000	1.481.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.061.000	-1.057.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-708.000	-703.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-190.000	-205.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-162.000	-147.000
3.04.05.01	Tributárias	-27.000	-37.000
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-135.000	-110.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.000	-2.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	456.000	424.000
3.06	Resultado Financeiro	-46.000	-148.000
3.06.01	Receitas Financeiras	84.000	138.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	84.000	138.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-130.000	-286.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-94.000	-431.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-36.000	145.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	410.000	276.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-163.000	-120.000
3.08.01	Corrente	-1.000	-67.000
3.08.02	Diferido	-162.000	-53.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	247.000	156.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	247.000	156.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	247.000	156.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21	0,13
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21	0,13

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	247.000	156.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	247.000	156.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	247.000	156.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	629.000	738.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	897.000	851.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	247.000	156.000
6.01.01.02	Despesa Atuarial com Planos de Pensão e Saúde	109.000	125.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	1.000	2.000
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	106.000	112.000
6.01.01.06	Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes	121.000	125.000
6.01.01.07	Resultado com alienação, baixa de ativos	-1.000	-4.000
6.01.01.08	Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas	43.000	174.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social	163.000	120.000
6.01.01.11	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-1.000	-20.000
6.01.01.13	Apropriação de seguros, aluguéis e outros	15.000	21.000
6.01.01.14	Provisão para Processos Judiciais	72.000	61.000
6.01.01.15	Provisão para incentivo ao desligamento voluntário	22.000	-21.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-203.000	-118.000
6.01.02.01	Contas a receber	187.000	357.000
6.01.02.02	Estoques	214.000	442.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-5.000	0
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-45.000	-54.000
6.01.02.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	-113.000	-90.000
6.01.02.06	Outros ativos	36.000	-62.000
6.01.02.07	Fornecedores	-355.000	-523.000
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-60.000
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	-65.000	-41.000
6.01.02.10	Planos de pensão e saúde	-38.000	-24.000
6.01.02.11	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-1.000	-77.000
6.01.02.12	Outros Passivos	-18.000	14.000
6.01.03	Outros	-65.000	5.000
6.01.03.01	Outros Ajustes	-65.000	5.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	162.000	-470.000
6.02.01	Adições de imobilizados e intangíveis	-71.000	-63.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos	0	12.000
6.02.04	Investimentos em títulos e valores mobiliários	233.000	-419.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-169.000	-327.000
6.03.03	Amortizações de principal	-100.000	-99.000
6.03.04	Amortizações de juros	-53.000	-221.000
6.03.08	Cessões de direitos creditórios - FIDC	-14.000	-5.000
6.03.10	Outras operações de financiamento	-2.000	-2.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	622.000	-59.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	483.000	655.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.105.000	596.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	3.897.000	0	-1.423.000	8.826.000	0	8.826.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-177.000	0	-177.000	0	-177.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	3.897.000	-177.000	-1.423.000	8.649.000	0	8.649.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-386.000	0	0	-386.000	0	-386.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-386.000	0	0	-386.000	0	-386.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	247.000	0	247.000	0	247.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	247.000	0	247.000	0	247.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	3.511.000	70.000	-1.423.000	8.510.000	0	8.510.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000	0	7.410.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000	0	7.410.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.000	0	156.000	0	156.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.000	0	156.000	0	156.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	3.045.000	156.000	-1.987.000	7.566.000	0	7.566.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	28.006.000	25.025.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	27.942.000	24.960.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	63.000	45.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.000	20.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.318.000	-19.857.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-20.755.000	-18.092.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-800.000	-1.044.000
7.02.04	Outros	-763.000	-721.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-763.000	-721.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.688.000	5.168.000
7.04	Retenções	-106.000	-112.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-106.000	-112.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.582.000	5.056.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	162.000	391.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.000	-2.000
7.06.02	Receitas Financeiras	98.000	327.000
7.06.03	Outros	65.000	66.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.744.000	5.447.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.744.000	5.447.000
7.08.01	Pessoal	371.000	373.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	182.000	208.000
7.08.01.02	Benefícios	172.000	147.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.000	18.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.885.000	4.354.000
7.08.02.01	Federais	343.000	222.000
7.08.02.02	Estaduais	4.526.000	4.113.000
7.08.02.03	Municipais	16.000	19.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	241.000	564.000
7.08.03.01	Juros	153.000	476.000
7.08.03.02	Aluguéis	88.000	88.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	247.000	156.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	247.000	156.000

Petrobras Distribuidora S.A.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO 1º TRIMESTRE DE 2018

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2018 - A Petrobras Distribuidora S.A. (B3: BRDT3), líder do mercado de distribuição de combustíveis no Brasil, anuncia hoje seus resultados do 1º trimestre de 2018. Os resultados são apresentados de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). As comparações apresentadas nesta divulgação consideram o 1T18 x 1T17 e 1T18 x 4T17.

Destaques do Resultado

- Aumento no lucro líquido de 58,3%, passando de R\$156 milhões no 1T17 para R\$247 milhões no 1T18.
- Aumento do EBITDA ajustado de 19,5% na comparação com o 1T17 (R\$773 milhões no 1T18 e R\$647 milhões no 1T17).
- Expansão da margem EBITDA ajustada em 20,6% (R\$76/ m³ no 1T18 e R\$63/ m³ no 1T17).
- Aumento da margem bruta (R\$/m³) em 4,9% (R\$150/ m³ no 1T18 e R\$143/ m³ no 1T17).

Em milhões de reais (exceto onde indicado)	1T18	1T17	1T18 x 1T17	4T17	1T18 x 4T17
Volume de vendas (mil m3)	10,109	10,337	-2,2%	11,028	-8,3%
Receita líquida	22.499	20.049	12,2%	23.204	-3,0%
Lucro bruto	1.517	1.481	2,4%	1.806	-16,0%
Margem bruta (% da Receita líquida)	6,7%	7,4%	-0,7 p.p.	7,8%	-1,1 p.p.
Margem bruta (R\$/m3)	150	143	4,9%	164	-8,5%
Despesas operacionais	1.060	1.055	0,5%	1.170	-9,4%
Resultado financeiro	(46)	(148)	-68,9%	(89)	-48,3%
Lucro líquido	247	156	58,3%	531	-53,5%
EBITDA ajustado	773	647	19,5%	883	-12,5%
Margem EBITDA ajustada (% da Receita líquida)	3,4%	3,2%	+0,2 p.p.	3,8%	-0,4 p.p.
Margem EBITDA ajustada (R\$/m3)	76	63	20,6%	80	-5,0%
Dívida líquida	3.418	9.175	-62,7%	3.885	-12,0%
LTM EBITDA ajustado	3.193	2.780	14,9%	3.067	4,1%
Dívida líquida/EBITDA ajustado (x)	1,1	3,3	-2,2 X	1,3	-0,2 X

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

As informações financeiras consolidadas que são apresentadas nesta divulgação de resultados foram preparadas conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta divulgação de resultados deve ser analisada em conjunto às Demonstrações Contábeis do 1T18 e do exercício de 2017. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta divulgação de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

O EBITDA ajustado da Companhia é uma medição adotada pela Administração e consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização, da amortização das bonificações antecipadas a clientes (as bonificações antecipadas a clientes são apresentadas no ativo circulante e não circulante), perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa do sistema isolado e interligado de energia, perdas e provisões com processos judiciais, plano de incentivo do desligamento voluntário (PIDV), gastos com anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.

A Margem EBITDA Ajustada é um índice calculado por meio da divisão do EBITDA Ajustado pelo volume de produtos vendidos. A Companhia utiliza a Margem EBITDA ajustado por entender ser um bom indicador da rentabilidade de seus segmentos de negócios.

Reconciliação do EBITDA	Consolidado		
R\$ milhões	1T18	1T17	4T17
Composição do EBITDA			
Lucro Líquido	247	156	531
Resultado financeiro líquido	46	148	89
Imposto de renda e contribuição social	163	120	15
Depreciação e amortização	106	112	109
EBITDA	562	536	744
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Setor Elétrico (Sistema Isolado e Interligado)	(19)	(88)	(10)
Perdas e provisões com processos judiciais e administrativos	78	80	15
Amortização de bonificações antecipadas concedidas a clientes	121	125	127
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV	22	(21)	(1)
Programa de Anistias Fiscais	2	-	-
Despesas tributárias sobre resultado financeiro	7	15	8
EBITDA AJUSTADO	773	647	883
Volumes de vendas (milhões de m3)	10,1	10,3	11,0
MARGEM EBITDA AJUSTADA (R\$/m3)	76	63	80

Resumo das alterações decorrentes da aplicação do IFRS 9 e 15

Neste primeiro trimestre de 2018 entraram em vigor dois novos pronunciamentos contábeis, o IFRS 9 - Financial Instruments e o IFRS 15 - Revenues from contracts with customers.

Com relação ao IFRS 9, a Companhia e suas investidas consolidadas aplicaram a nova metodologia e identificaram ajustes adicionais de impairment sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018, referentes a contas a receber de contratos com clientes, no montante de R\$268 milhões, contabilizados diretamente no patrimônio líquido, equivalendo a R\$177 milhões após a dedução dos tributos incidentes sobre o lucro.

Quanto ao IFRS 15, não houve impactos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Sumário Executivo

A Petrobras Distribuidora apresentou EBITDA ajustado consolidado de R\$ 773 milhões no 1T18 representando um aumento de 19,5% em relação ao mesmo período de 2017. Esse resultado está alinhado com o direcionamento estratégico da Companhia com foco na melhora de rentabilidade.

Neste primeiro trimestre de 2018, os volumes vendidos apresentaram pequena queda (-2.2%) em relação ao mesmo período de 2017, com os efeitos da esperada retomada da atividade econômica no Brasil ainda não se refletindo nos volumes de vendas de alguns dos segmentos da Companhia. No entanto, e de forma consistente à nossa estratégia de manutenção da rentabilidade, as margens brutas atingiram R\$150/m³ (+4,9%).

Concluimos a reestruturação organizacional que resultou na redução de funções gerenciais e que terá impacto positivo nas nossas metas de redução de despesas operacionais para 2018, além da implantação de nossas metas de orçamento base zero.

Por fim, fizemos com sucesso, no último dia 25 de abril, nossa AGO, tendo dentre outras deliberações, a eleição do nosso novo conselho de administração com o perfil de independência previsto em nosso processo de abertura de capital.

Os destaques de nossos segmentos operacionais foram:

Rede de Postos

A Rede de Postos apresentou no 1T18 volume de vendas 1,1% inferior ao 1T17. A redução do volume vendido em relação ao 1T17 é atribuível à manutenção da política de preservação das margens de comercialização, priorizando a rentabilidade da companhia através de uma maior seletividade das vendas, que se reflete no aumento de 2,0% das margens brutas, mesmo com maior participação de vendas de etanol no *mix*, produto que têm margens inferiores às da gasolina. Em linha ao observado no último trimestre ainda há avanço dos *players* regionais na competição do mercado. Neste contexto, a rede de postos apresentou margem bruta de R\$164/m³, alta de 2% em relação ao 1T17. No 1T18 mantivemos a nossa rede de postos ativa na comparação com o 4T17 e em relação ao 1T17 acrescentamos 259 postos (líquidos). O EBITDA ajustado no 1T18 totalizou R\$ 539 milhões.

Grandes Consumidores

O segmento de Grandes Consumidores apresentou uma redução de 2,6% no volume de vendas no 1T18, quando comparado ao 1T17. A redução do volume vendido continua influenciada pela retração das vendas de óleo diesel e de óleo combustível, principalmente para as térmicas. O EBITDA ajustado no 1T18 totalizou R\$152 milhões, um aumento de 7,8% comparado com 1T17.

Aviação

O segmento de Aviação apresentou no 1T18 volume de vendas 4,2% superior ao 1T17. Acreditamos que o aumento do volume vendido reflete sinais de retomada gradual da atividade econômica verificados desde os últimos meses de 2017. O EBITDA ajustado no 1T18 totalizou R\$ 90 milhões que, comparado com o mesmo período de 2017, representou um aumento de 73,1%, resultado tanto do aumento das vendas como de margens de comercialização.

Outros Negócios (Produtos Químicos, Energia e Asfaltos)

O segmento de Outros Negócios apresentou no 1T18 volume de vendas 2,0% inferior ao 1T17. Na comparação com o 4T17, o volume de vendas foi 13,0% inferior, em função das menores vendas de produtos químicos e de coque verde de petróleo, parcialmente compensadas pelas maiores vendas de gás natural canalizado. O EBITDA ajustado no 1T18 totalizou R\$151 milhões (+52,5%). Na comparação com o 4T17, o EBITDA ajustado atingiu R\$119 milhões (+26,9%), refletindo as melhores margens médias de comercialização, em especial do Coque Verde de Petróleo neste trimestre.

Desempenho dos Segmentos de Negócios

Consolidado¹

Em milhões de reais (exceto onde indicado)	1T18	1T17	1T18 x 1T17	4T17	1T18 x 4T17
Volume de vendas (mil m3)	10,109	10,337	-2,2%	11,028	-8,3%
Receita líquida	22.499	20.049	12,2%	23.204	-3,0%
Lucro bruto	1.517	1.481	2,4%	1.806	-16,0%
Margem bruta (% da Receita líquida)	6,7%	7,4%	-0,7 p.p.	7,8%	-1,1 p.p.
Margem bruta (R\$/m3)	150	143	4,9%	164	-8,5%
Despesas operacionais	1.060	1.055	0,5%	1.170	-9,4%
Resultado financeiro	(46)	(148)	-68,9%	(89)	-48,3%
Lucro líquido	247	156	58,3%	531	-53,5%
EBITDA ajustado	773	647	19,5%	883	-12,5%
Margem EBITDA ajustada (% da Receita líquida)	3,4%	3,2%	+0,2 p.p.	3,8%	-0,4 p.p.
Margem EBITDA ajustada (R\$/m3)	76	63	20,6%	80	-5,0%

Receita líquida - Alcançou R\$22.499 milhões no 1T18 (+12,2%) em função principalmente dos maiores preços médios de realização de produtos. Em relação ao 4T17 a receita líquida apresentou redução de 3%, fruto da sazonalidade do setor parcialmente compensada pelos maiores preços médios de realização.

Lucro bruto - Atingiu R\$1.517 (+2,4%) devido ao aumento de 4,9% nas margens médias de comercialização, parcialmente compensado pela redução de 2,2% no volume dos produtos vendidos, em que pese a menor participação da gasolina no *mix* de produtos vendidos em detrimento ao etanol, produto que têm menores margens.

Despesas operacionais - Atingiram R\$1.060 (+0,5%) mantendo-se praticamente estáveis entre os períodos considerados.

Resultado financeiro - O endividamento líquido no 1T18 foi de R\$ 3.418 milhões (1,1x EBITDA ajustado), em comparação a R\$9.175 milhões no 1T17 (3,3x EBITDA ajustado) em função do aporte de capital realizado pela Petrobras no valor de R\$ 6.313 milhões e posterior liquidação antecipada do total dos saldos das Notas de Crédito à Exportação (NCEs), no montante de R\$ 7.708 milhões, operações ocorridas em agosto de 2017. Em consequência, a despesa financeira líquida apresentou redução de R\$102 milhões, de R\$148 milhões no 1T17 para R\$46 milhões no 1T18, devido à redução do endividamento líquido e as menores taxas de CDI no país. Na comparação com o 4T17, a redução é atribuível, a variação positiva do resultado de operação de Hedge.

¹ O Consolidado representa a soma dos segmentos "Rede de Postos", "Grandes Consumidores", "Aviação" e "Outros", além do overhead da Companhia não alocado aos demais segmentos, que é agrupado no "Corporativo".

Lucro líquido - A Companhia apurou lucro líquido de R\$247 milhões (+58,3%), refletindo melhores margens de comercialização e redução das despesas financeiras líquidas.

EBITDA ajustado - Atingiu R\$773 milhões no 1T18 (+19,5%) em relação ao 1T17 (R\$647 milhões), refletindo a melhora nas margens de comercialização e a redução das despesas operacionais. A margem EBITDA ajustada ao final do 1T18 foi de R\$76/m³ (+20,6%).

Rede de Postos

Em milhões de reais (exceto onde indicado)	1T18	1T17	1T18 x 1T17	4T17	1T18 x 4T17
Volume de vendas (mil m ³)	5,441	5,501	-1,1%	5,846	-6,9%
Receita líquida ajustada	13.643	12.157	12,2%	14.091	-3,2%
Lucro bruto ajustado	892	884	0,9%	1.060	-15,8%
Margem bruta ajustada (% da Receita líquida)	6,5%	7,3%	-0,8 p.p.	7,5%	-1,0 p.p.
Margem bruta ajustada (R\$/m ³)	164	161	2,0%	181	-9,6%
Despesas operacionais ajustadas	353	341	3,5%	363	-2,8%
EBITDA ajustado	539	543	-0,7%	697	-22,7%
Margem EBITDA ajustada (% da Receita líquida)	4,0%	4,5%	- 0,5 p.p.	4,9%	-0,9 p.p.
Margem EBITDA ajustada (R\$/m ³)	99	99	0,4%	119	-16,9%
Número total de postos de serviços	8.271	8.160	111	8.277	-6
Número de postos ativos	7.602	7.343	259	7.617	-15

Desempenho operacional - A Rede de Postos apresentou no 1T18 volume de vendas 1,1% inferior ao 1T17 e 6,9% inferior ao 4T17, influenciado principalmente pela redução do *ciclo otto*. Adicionalmente, foi observado ainda um avanço dos players regionais. A Companhia expandiu sua rede de postos ativos em 259 unidades (líquidas), na comparação do 1T18 com o 1T17, investindo em embandeiramentos e manutenção da rede R\$186 milhões (1T17: R\$177 milhões), sendo R\$113 milhões em bonificações antecipadas a clientes (1T17: R\$90 milhões), R\$59 milhões em bonificações por performance (1T17: R\$69 milhões) e R\$14 milhões em financiamentos em espécie (1T17: R\$18 milhões).

Receita líquida² - Alcançou R\$13.643 milhões no 1T18 (+12,2%) em função dos maiores preços médios de realização de produtos em relação ao 1T17. Em relação ao 4T17 a receita líquida apresentou uma redução de 3,2%, em função da redução de volume de vendas, parcialmente compensada por maiores preços médios de realização dos produtos.

² É apresentada sem a dedução da amortização das bonificações antecipadas a clientes.

Lucro bruto³ - Atingiu R\$ 892 milhões no 1T18 (+0,9%) em função das maiores margens médias de comercialização. Em relação ao 4T17 o lucro bruto apresentou redução de 15,8% em função da redução de 6,9% nos volumes vendidos, fruto da sazonalidade do setor, associada à redução das margens médias de comercialização, muito impactado pelo maior *mix* de venda de etanol hidratado.

Despesas operacionais⁴ - Alcançaram R\$353 milhões no 1T18 (+3,5%). Em relação ao 4T17 as despesas operacionais apresentaram redução de 2,8%, em função das menores despesas com fretes de entrega de produtos, despesas gerais e pessoal.

EBITDA ajustado - Alcançou R\$539 milhões no 1T18 (-0,7%). A margem EBITDA foi de R\$99/m³ (+0,4%). Em relação ao 4T17, o EBITDA ajustado foi 16,9% inferior, em linha com a redução do lucro bruto.

Grandes Consumidores

Em milhões de reais (exceto onde indicado)	1T18	1T17	1T18 x 1T17	4T17	1T18 x 4T17
Volume de vendas (mil m3)	2,498	2,565	-2,6%	2,839	-12,0%
Receita líquida ajustada	5.713	5.151	10,9%	6.019	-5,1%
Lucro bruto ajustado	323	383	-15,7%	429	-24,7%
Margem bruta ajustada (% da Receita líquida)	5,7%	7,4%	-1,7 p.p.	7,1%	-1,4 p.p.
Margem bruta ajustada (R\$/m3)	129	149	-13,4%	151	-14,4%
Despesas operacionais ajustadas	171	242	-29,3%	253	-32,4%
EBITDA ajustado	152	141	7,8%	176	-13,6%
Margem EBITDA ajustada (% da Receita líquida)	2,7%	2,7%	0,0 p.p.	2,9%	-0,2 p.p.
Margem EBITDA ajustada (R\$/m3)	61	55	10,7%	62	-1,9%

Desempenho operacional - O segmento de Grandes Consumidores apresentou no 1T18 volume de vendas 2,6% inferior ao 1T17, acompanhando diretamente as oscilações da atividade econômica no Brasil e pelo menor despacho das Usinas Termoeletricas. Em relação ao 4T17, as vendas foram 12% inferiores, em decorrência da queda de vendas de óleo diesel, em função do menor despacho de térmicas do Sistema Interligado no período.

Receita líquida - Alcançou R\$5.713 milhões no 1T18 (+10,9%), em função principalmente dos maiores preços médios de realização de produtos. Em relação ao 4T17 a receita líquida apresentou queda de 5,1%, principalmente em função dos menores volumes vendidos, efeito parcialmente compensado por maiores preços médios de realização.

³ É apresentado sem a dedução das bonificações antecipadas a clientes e depreciação dos ativos da fábrica de lubrificantes.

⁴ São apresentadas sem a dedução das depreciações e amortizações, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do setor elétrico, anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras, perdas e provisões para processos judiciais e administrativos e provisão para plano de incentivo ao desligamento voluntário de empregados.

Lucro bruto - Atingiu R\$323 milhões no 1T18 (-15,7%), em função da redução nas margens médias de comercialização, fruto das menores vendas de diesel e óleo combustível às térmicas. Em relação ao 4T17 o lucro bruto apresentou redução de 24,7% em função da redução de 12% do volume vendido e de 14,4% das margens médias de comercialização, principalmente de diesel às térmicas do Sistema Interligado.

Despesas operacionais - Alcançaram R\$171 milhões no 1T18 (-29,3%) em função de menores despesas com fretes de entrega de produtos e pessoal. Em relação ao 4T17, as despesas operacionais apresentaram redução de 32,4%, em função das menores despesas com fretes de entrega de produtos, despesas gerais e pessoal.

EBITDA ajustado - Alcançou R\$152 milhões no 1T18 (+7,8%), em função principalmente da redução das despesas operacionais. A margem EBITDA foi de R\$61/m³ (+10,7%), com a redução das despesas operacionais mais que compensando a queda do lucro bruto. A margem EBITDA se manteve estável em relação ao 4T17.

Aviação

Em milhões de reais (exceto onde indicado)	1T18	1T17	1T18 x 1T17	4T17	1T18 x 4T17
Volume de vendas (mil m3)	0,990	0,950	4,2%	0,986	0,4%
Receita líquida ajustada	2.078	1.709	21,6%	1.963	5,9%
Lucro bruto ajustado	206	172	19,8%	218	-5,5%
Margem bruta ajustada (% da Receita líquida)	9,9%	10,1%	-0,2 p.p.	11,1%	-1,2 p.p.
Margem bruta ajustada (R\$/m3)	208	181	14,9%	221	-5,9%
Despesas operacionais ajustadas	116	120	-3,3%	108	7,4%
EBITDA ajustado	90	52	73,1%	110	-18,2%
Margem EBITDA ajustada (% da Receita líquida)	4,3%	3,0%	+1,3 p.p.	5,6%	-1,3 p.p.
Margem EBITDA ajustada (R\$/m3)	91	55	66,1%	112	-18,8%

Desempenho operacional - O segmento de Aviação apresentou recuperação dos volumes de vendas em todos os períodos de comparação. No 1T18, volume de vendas foi 4,2% superior ao mesmo período do ano passado, refletindo maiores vendas às companhias aéreas nacionais e estrangeiras. Em relação ao 4T17, as vendas foram 0,4% superiores, mantendo-se praticamente estáveis.

Receita líquida - Alcançou R\$2.078 milhões no 1T18, (+21,6%) em função principalmente dos maiores preços médios de vendas de produtos. Em relação ao 4T17, a receita líquida apresentou aumento de 5,9%, também em função dos maiores preços médios de vendas de produtos.

Lucro bruto - Atingiu R\$206 milhões no 1T18, (+19,8%), em função do aumento de 14,9% das margens médias de comercialização, fruto do reajuste de contratos e maior captura de margens devido à favorabilidade do câmbio. Em relação ao 4T17, o lucro bruto apresentou redução de 5,5% em função de menores margens de vendas.

Despesas operacionais - Alcançaram R\$116 milhões no 1T18 (-3,3%), com as despesas operacionais por m³ vendido apresentando queda de 7,2% em relação ao 1T17. Em relação ao 4T17, as despesas operacionais apresentaram aumento de 7,4%.

EBITDA ajustado - Alcançou R\$90 milhões no 1T17, em função principalmente do aumento do lucro bruto. A margem EBITDA foi de R\$91/m³ (+66,1%). Em relação ao 4T17, o EBITDA ajustado foi 18,2% inferior, em função tanto da redução do lucro bruto como do aumento das despesas operacionais.

Outros Negócios (Produtos Químicos, Energia e Asfaltos)

Em milhões de reais (exceto onde indicado)	1T18	1T17	1T18 x 1T17	4T17	1T18 x 4T17
Volume de vendas (mil m3)	1,180	1,204	-2,0%	1,357	-13,0%
Receita líquida ajustada	1.186	1.156	2,6%	1.269	-6,5%
Lucro bruto ajustado	220	174	26,4%	223	-1,3%
Margem bruta ajustada (% da Receita líquida)	18,5%	15,1%	+ 3,4 p.p.	17,6%	+0,9 p.p.
Margem bruta ajustada (R\$/m3)	186	145	29,0%	164	13,5%
Despesas operacionais ajustadas	70	76	-7,9%	104	-32,7%
EBITDA ajustado	151	99	52,5%	119	26,9%
Margem EBITDA ajustada (% da Receita líquida)	12,7%	8,6%	+ 5,6 p.p.	9,4%	+3,6 p.p.
Margem EBITDA ajustada (R\$/m3)	128	82	55,7%	88	46,0%

Desempenho operacional - O segmento de Outros Negócios apresentou no 1T18 volume de vendas 2,0% inferior ao 1T17 e 13,0% inferior ao 4T17, principalmente em função das menores vendas de coque verde de petróleo, ocasionadas pela menor disponibilidade do produto.

Receita líquida - Alcançou R\$1.186 milhões no 1T18 (+2,6%) em função principalmente do aumento dos preços médios de realização. Em relação ao 4T17, a receita líquida apresentou queda de 6,5%, com a redução dos volumes vendidos - principalmente de coque verde de petróleo - tendo sido parcialmente compensada por maiores preços médios de realização.

Lucro bruto - Atingiu R\$220 milhões no 1T18 (+26,4%) principalmente em função do aumento da margem do coque verde de petróleo, ocasionado pela alta do preço do carvão no mercado internacional, afetando positivamente a formação do preço de venda. Em relação ao 4T17 o lucro bruto apresentou redução de 1,3%, com os menores volumes vendidos, principalmente de coque verde de petróleo, tendo sido compensados por maiores margens médias de comercialização.

Despesas operacionais - Alcançaram R\$70 milhões no 1T18 (-7,9%) com queda de 6,0% das despesas operacionais por m³ em relação ao 1T17 e de 22,6% em relação ao 4T17.

EBITDA ajustado - Alcançou R\$151 milhões no 1T18 (+52,5%), em função do aumento do lucro bruto e redução das despesas operacionais. Em relação ao 4T17 o EBITDA ajustado apresentou alta de 26,9%, principalmente em função das menores despesas operacionais.

Corporativo

O Corporativo é composto, principalmente, pelo *overhead* da Companhia não alocado aos demais segmentos.

Os valores classificados como Corporativos são apresentados como se seguem:

Em milhões de reais (exceto onde indicado)	1T18	1T17	1T18 x 1T17	4T17	1T18 x 4T17
Despesas operacionais ajustadas	(157)	(182)	-14%	(225)	-30%
EBITDA ajustado	(159)	(188)	-15%	(219)	-27%

As despesas operacionais ajustadas alocadas no corporativo representam, principalmente, despesas com provisões atuariais com planos de pensão e de saúde a inativos (1T18: R\$79 milhões; 1T17: R\$99 milhões).

As despesas com planos de pensão e de saúde de participantes ativos, de R\$30 milhões no 1T18 (R\$26 milhões no 1T17) estão alocadas diretamente aos demais segmentos de negócios e estão alocadas diretamente aos demais segmentos de negócios.

Reconciliação do Fluxo de Caixa

A menor geração de caixa operacional e livre entre os períodos considerados decorre de maior necessidade de capital de giro em função, dentre outros, de efeito calendário.

Em milhões de Reais	1T2018	1T2017
EBITDA	562	536
IR/CS pagos	-	(60)
Efeitos não caixa no EBITDA	278	320
Capital de giro	(211)	(58)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	629	738
CAPEX	(71)	(63)
Outros	-	12
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(71)	(51)
FLUXO DE CAIXA LIVRE	558	687
Financiamentos/arrendamentos	(155)	(322)
FIDC	219	(424)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	64	(746)
CAIXA LIVRE PARA OS ACIONISTAS	622	(59)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) no período	622	(59)
Saldo inicial	483	655
Saldo final	1.105	596

Observações:

- Os recursos de caixa aplicados em bonificações antecipadas a clientes, de R\$113 milhões no 1T18 (R\$90 milhões em 1T17) são apresentados na variação do capital de giro.
- Os recursos de caixa aplicados em bonificações por performance, de R\$59 milhões em 1T18 (R\$ 69 milhões em 1T17) são deduzidos do EBITDA.
- Aplicações de recursos em Capex representam desembolsos para formação de ativos imobilizados e intangíveis e não incluem as bonificações antecipadas a clientes.
- “Efeitos não caixa no EBITDA” incluem: perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas e provisões em processos judiciais e administrativos, planos de pensão e de saúde (1T18: R\$211 milhões; 1T17: R\$111 milhões) e PIDV, resultado com alienação de ativos, resultado de participações em investimentos relevantes, amortização das bonificações antecipadas a clientes, amortização de seguros, aluguéis e outros, juros e variações monetárias/cambiais líquidas (estes deduzidos do resultado financeiro líquido) e outros ajustes, conforme apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, parte integrante das Demonstrações Contábeis anuais.
- No 1T18 a variação de capital de giro também foi afetada pela redução de prazo de pagamento de compras de alguns produtos nas refinarias, como o QAV no primeiro semestre de 2017, além de um efeito calendário negativo de aproximadamente R\$101 milhões.
- FIDC (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios): fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras. É destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios “performados” e/ou “não performados” de operações realizadas por empresas do Sistema Petrobras.

Endividamento

O endividamento bruto consolidado da Companhia alcançou no primeiro trimestre de 2018 R\$4.671 milhões (-64,2%). Na comparação com o 4T17 a dívida bruta foi menor em 1,4%. Além disso, encerramos o primeiro trimestre com uma dívida líquida de R\$ 3.418 milhões (-62,7%). Na comparação com o 4T17, a dívida líquida foi 12,0% inferior, em função do aumento das disponibilidades, fruto principalmente da geração operacional de caixa no 1T18. Para o cálculo da dívida líquida, foi considerado o saldo da aplicação no FIDC de R\$ 148 milhões (R\$ 370 milhões em 31 de dezembro de 2017), que tem remuneração equivalente a 100% do CDI.

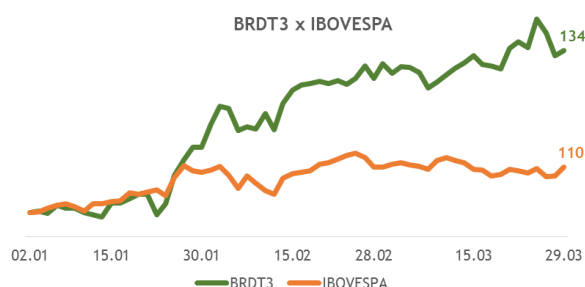
Como já mencionado, a redução do endividamento da companhia ocorreu, principalmente, em virtude do aporte de capital realizado pela Petrobras no valor de R\$ 6,313 bilhões e posterior liquidação antecipada do total dos saldos das Notas de Crédito à Exportação contratadas junto ao Banco do Brasil e ao Bradesco, no montante de R\$ 7.708 milhões. As taxas de financiamento destas dívidas eram de 114,25% e 118% do CDI, respectivamente, e, após esta operação, o prazo médio do endividamento da companhia passou de 2,4 anos para 2,9 anos. Com isso, a relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado encerrou no 1T18 em 1,1x EBITDA ajustado (3,3x EBITDA ajustado no 1T17), e 1,3X EBITDA ajustado do 4T17. O endividamento da Companhia é integralmente referenciado em moeda nacional (Reais).

Em milhões de Reais (exceto onde indicado)	1T18	1T17	1T18 x 1T17	4T17	1T18 x 4T17
Financiamentos	4.585	12.929	-64,5%	4.640	-1,2%
Cessão de direitos creditórios	13	26	-50,0%	26	-50,0%
Arrendamentos mercantis	73	95	-23,2%	72	1,4%
Dívida Bruta	4.671	13.050	-64,2%	4.738	-1,4%
(-) Disponibilidades	1.105	596	85,4%	483	128,8%
(-) FIDC	148	3.279	-95,5%	370	-60,0%
Dívida Líquida	3.418	9.175	-62,7%	3.885	-12,0%
LTM EBITDA Ajustado	3.193	2.780	14,9%	3.067	4,1%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (X)	1,1	3,3	-2,2 X	1,3	-0,2 X
Custo médio da dívida (% do CDI)	115,26%	112,04%	+3,22 p.p.	114,53%	+0,73 p.p.
Prazo médio da dívida (anos)	2,7	2,9		2,9	

Mercado de Capitais

O volume financeiro médio negociado da Petrobras Distribuidora foi de R\$65,5 milhões/dia no 1T18, considerando as negociações ocorridas na B3 - Brasil, Bolsa & Balcão. As ações da Companhia encerraram o 1T18 cotadas a R\$22,69 na B3, apresentando uma valorização de 17,4% no trimestre, tendo como base o fechamento de dezembro de 2017. No mesmo período, o índice Ibovespa apresentou uma valorização de 11,7%. A Petrobras Distribuidora encerrou o 1T18 com um valor de mercado de R\$26,4 bilhões.

Descrição	1T18
Quantidade de ações (mil)	1.165
Cotação em 29/03/2018	22,69
Valor de mercado de 100% do capital social (R\$ milhões)	26.434
Volume médio/dia (ações)	3.188.123
Volume financeiro médio/dia (R\$ mil)	65.533
Cotação média (R\$/ação)	20,21



Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

A Administração da Companhia deliberou por meio de Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 25 de abril de 2018, o pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$433 milhões, totalizando, entre juros sobre capital próprio e dividendos propostos, uma remuneração total ao acionista de R\$1.092 milhões (R\$0,94/ação), equivalentes a aproximadamente 95% do lucro líquido apurado no exercício social de 2017.

Cabe ressaltar que o pagamento de juros sobre o capital próprio foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2018, no valor de R\$ 659 milhões, correspondente a R\$ 0,56527346761767 centavos por ação.

Os referidos pagamentos às ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, bem como às demais ações escrituradas perante o Banco Bradesco S.A., será efetuado, para fins de Juros sobre capital próprio, até 31 de julho de 2018, com base na posição acionária de 1º de fevereiro de 2018 (inclusive); e, para fins de dividendos, em até 30 de setembro de 2018, com base na posição acionária de 25 de abril de 2018 (inclusive).

Estas remunerações serão atualizadas monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2017 até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa Selic.

Negociação de Dívidas do Sistema Eletrobras

Foram assinados em 30/04/2018, instrumentos referentes a negociações com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras (Eletrobras Amazonas, Eletrobras Roraima, Eletrobras Rondônia e Eletrobras Acre), visando a celebração de acordo relativo a dívidas decorrentes de fornecimento no passado de derivados de petróleo para a geração de energia no norte do país, no valor atualizado de R\$4,6 bilhões (Nota Explicativa 6.2 das Demonstrações Financeiras Intermediárias de 31.03.2018 - Composição - Setor Elétrico - Sistema Isolado).

Desse modo, foram celebrados Instrumentos de Confissão de Dívidas - ICDs para as dívidas hoje ajuizadas (em cobrança judicial), que compõem a maior parte dos valores em questão no caso da Petrobras Distribuidora S.A. e que contarão com garantia (fiança) prestada pela Eletrobras até que ocorra a privatização das empresas distribuidoras controladas e que deverão ser quitados em 36 prestações mensais (sem carência), atualizadas por taxas de mercado.

Foram firmados, ainda, Instrumentos de Assunção de Dívida - IADs, condicionados a efetiva privatização das distribuidoras controladas, através dos quais R\$1,4 bilhão será assumido diretamente pela Eletrobras por meio destes IADs, com previsão de garantia mais sólida, consubstanciada na cessão de créditos de contratos com empresas do sistema Eletrobras. A parte da dívida que não for assumida pela Eletrobras (R\$3,2 bilhões) irá permanecer com as distribuidoras controladas através dos ICDs agora assinados, sendo que com a privatização deverão ser apresentadas garantias fidejussórias em substituição àquelas prestadas pela Eletrobras.

Caso não aconteça a privatização das distribuidoras controladas da Eletrobras, os ICDs agora firmados prosseguem com seus efeitos e sob responsabilidades das mesmas distribuidoras controladas. Nada obstante, neste caso, a fiança oferecida pela Eletrobras perderá efeito e não haverá assunção de dívida pela Eletrobras.

A companhia entende que esta negociação está em linha com nossa estratégia quanto à gestão destes valores a receber e não antevê neste momento impactos relevantes em seus resultados imediatos.

Teleconferência 1T18

A Petrobras Distribuidora realizará teleconferência no dia 07 de maio de 2018 para comentários sobre o resultado da Companhia no primeiro trimestre de 2018. A apresentação estará disponível para download no website da Companhia uma hora antes do início das teleconferências.

Nacional: 11 horas (hora de Brasília)

Telefones para conexão: (11) 3127-4971 ou (11) 3728-5971

Link para acesso:

http://extranet.voitel.com.br/audiocasting/Audiocasting_Entrada.aspx?NameRoom=N24043726

Código: Petrobras Distribuidora

Internacional: 12h30 (hora de Brasília)

Telefones para conexão: Brasil: +55 11-3127-4971 / +55 11-3728-5971; Nova York: 1-516-3001066; Londres: 44-20-34785282

Link para acesso:

http://extranet.voitel.com.br/audiocasting/Audiocasting_Entrada.aspx?NameRoom=N24043727

Código: Petrobras Distribuidora

Em caso de dúvida ou problema de acesso, faça contato via e-mail sac@voitel.com.br ou pelo telefone +55 11 4003 1858.

A transcrição, apresentação e áudio serão disponibilizados após a teleconferência/webcast no site da Companhia: www.br.com.br/ri.

Volume de vendas (mil m³)

Produtos	1T18	1T17	1T18 x 1T17	4T17	1T18 x 4T17
Diesel não térmicas	4.047	3.953	2,4%	4.161	-2,7%
Diesel térmicas	73	125	-41,9%	98	-25,9%
Ciclo otto	3.211	3.269	-1,8%	3.466	-7,4%
Óleo combustível não térmicas	376	432	-13,1%	454	-17,4%
Óleo combustível térmicas	163	210	-22,3%	435	-62,6%
Aviação e Outros	2.240	2.348	-4,6%	2.413	-7,2%
Total	10.109	10.337	-2,2%	11.028	-8,3%

Demonstrativo da Posição Financeira - Ativo - Em milhões de Reais

Ativo	31.03.2018	31.12.2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.105	483
Contas a receber, líquidas	4.894	5.528
Estoques	3.076	3.245
Adiantamentos a fornecedores	34	74
Imposto de renda e contribuição social	166	151
Impostos e contribuições a recuperar	438	522
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	531	514
Despesas antecipadas	61	40
Outros ativos circulantes	113	146
	10.418	10.703
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber, líquidas	374	376
Depósitos judiciais	1.017	1.000
Impostos e contribuições a recuperar	549	541
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.091	3.162
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.444	1.469
Despesas antecipadas	190	182
Outros ativos realizáveis a longo prazo	25	24
	6.690	6.754
Investimentos	34	36
Imobilizado	5.780	5.816
Intangível	450	453
	12.954	13.059
Total do Ativo	23.372	23.762

Demonstrativo da Posição Financeira - Passivo e Patrimônio Líquido - Em milhões de Reais

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	2.318	2.682
Financiamentos	257	185
Cessão de direitos creditórios	13	26
Arrendamentos mercantis financeiros	29	29
Adiantamentos de clientes	332	363
Imposto de renda e contribuição social	1	1
Impostos e contribuições a recolher	259	277
Dividendos / Juros sobre o capital próprio	574	273
Salários, férias e encargos	224	219
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	30	8
Planos de pensão e saúde	140	134
Outras contas e despesas a pagar	153	216
	4.330	4.413
Não circulante		
Financiamentos	4.328	4.455
Arrendamentos mercantis financeiros	44	43
Planos de pensão e saúde	3.997	3.932
Provisão para processos judiciais e administrativos	2.151	2.079
Outras contas e despesas a pagar	12	14
	10.532	10.523
	14.862	14.936
Patrimônio líquido		
Capital social realizado	6.352	6.352
Reservas de lucros	3.581	3.897
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.423)	(1.423)
	8.510	8.826
Total do Passivo	23.372	23.762

Demonstração de Resultados - Em milhões de Reais

	Consolidado	
	Período de três meses findos	
	2018	2017
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	22.499	20.049
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(20.982)	(18.568)
Lucro bruto	1.517	1.481
Despesas operacionais		
Vendas	(708)	(703)
Gerais e administrativas	(190)	(205)
Tributárias	(27)	(37)
Outras despesas, líquidas	(135)	(110)
	(1.060)	(1.055)
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos	457	426
Financeiras		
Despesas	(94)	(431)
Receitas	84	138
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(36)	145
	(46)	(148)
Resultado de participações em investimentos	(1)	(2)
Lucro antes dos impostos	410	276
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(1)	(67)
Diferido	(162)	(53)
	(163)	(120)
Lucro líquido do exercício	247	156
Lucro líquido, básico e diluído por ação do capital social - R\$	0,21	0,13

Capital social composto de 1.165.000.000 ações ordinárias.

Informações por Segmentos - Em milhões de Reais

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - mar/18

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis	Total
Receita de Vendas	13.643	5.713	2.078	1.186	-	22.620	(121) (a)	22.499
Custo dos produtos vendidos	(12.751)	(5.390)	(1.872)	(966)	-	(20.979)	(3) (b)	(20.982)
Lucro bruto	892	323	206	220	-	1.641	(124)	1.517
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(396)	(172)	(116)	(70)	(60)	(814)	(84) (c)	(898)
Tributárias	(4)	-	(1)	(2)	(11)	(18)	(9) (d)	(27)
Outras receitas (despesas), líquidas	47	1	1	2	(86)	(35)	(100) (e)	(135)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	1	(2)	(1)	-	(1)
Resultado financeiro líquido							(46) (f)	(46)
EBITDA Ajustado	539	152	90	151	(159)	773		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							(363)	410

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - mar/2017

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis	Total
Receita de Vendas	12.157	5.151	1.709	1.156	1	20.174	(125) (a)	20.049
Custo dos produtos vendidos	(11.273)	(4.768)	(1.537)	(982)	(4)	(18.564)	(4) (b)	(18.568)
Lucro bruto	884	383	172	174	(3)	1.610	(129)	1.481
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(396)	(246)	(122)	(83)	(41)	(888)	(20) (c)	(908)
Tributárias	(7)	-	(1)	(3)	(11)	(22)	(15) (d)	(37)
Outras receitas (despesas), líquidas	62	4	3	10	(130)	(51)	(59) (e)	(110)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	1	(3)	(2)	-	(2)
Resultado financeiro líquido							(148) (f)	(148)
EBITDA Ajustado	543	141	52	99	(188)	647		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							(371)	276

Informações por Segmentos - Reconciliação com as Demonstrações Contábeis - Em milhões de Reais
Reconciliação com as demonstrações contábeis
31.03.2018 31.03.2017
(a) Receita de Vendas

Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes

para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os recipientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.

(121) (125)

(b) Custo dos produtos vendidos

Depreciação e amortização

(3) (4)

(c) Vendas, gerais e administrativas

Depreciação e amortização

(103) (108)

Perdas de crédito esperadas

Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia e que vêm ultimamente enfrentando dificuldades financeiras.

19 88

(d) Impostos

Os ajustes de impostos referem-se à anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.

Anistias fiscais: trata-se das provisões para pagamentos referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da União sobre passivos tributários de ICMS e de tributos federais junto aos Estados e União, respectivamente. A Companhia considera o ajuste apropriado porque fornece informações adicionais aos investidores que não são decorrentes de nossas operações principais.

(2) -

Encargos tributários sobre receitas financeiras: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.

(7) (15)

(e) Outras receitas (despesas), líquidas

Perdas e provisões com processos judiciais

Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.

(78) (80)

Plano de incentivo ao desligamento voluntário

Os ajustes referem-se aos valores que impactaram os resultados da Companhia pela provisão dos gastos estimados com indenizações relativas ao plano, bem como pela reversão da provisão em função das desistências de adesão ao plano ocorridas nos respectivos períodos.

(22) 21

(f) Resultado Financeiro, líquido

(46) (148)

Total **(363) (371)**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "BR"), é uma sociedade de economia mista domiciliada no Brasil. Constituída em 12 de novembro de 1971, é controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - "Petrobras" e tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro - RJ.

1.2 "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

A Companhia reconheceu no terceiro trimestre de 2014 uma baixa no montante de R\$23, de gastos capitalizados referentes à estimativa de valores que a Companhia pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores. Para mais informações sobre a Operação Lava Jato, veja a nota 1.2 das demonstrações contábeis anuais auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Na preparação das demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2018, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e conseqüentemente o registro contábil de baixas complementares. A Companhia monitorou as investigações da "Operação Lava Jato", efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela Companhia. A Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

À medida que as investigações da "Operação Lava Jato" resultem em acordos de leniência com empresas ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Companhia pode ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a Companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

do exercício como Outras despesas líquidas quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

Além disso, temos tomados as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

Com esse objetivo, em conjunto com a União, ingressamos com ação civil pública para declaração de nulidade do procedimento de contratação da Base de Rondonópolis, bem como para reparação por eventuais prejuízos causados à companhia.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu em Outras despesas líquidas, o ressarcimento de gastos referentes à "Operação Lava Jato" no montante acumulado de R\$ 5. Não houve recebimentos no primeiro trimestre de 2018.

Renovamos o nosso compromisso de continuar cooperando para a elucidação dos fatos e comunicá-los regularmente aos nossos investidores e ao público em geral.

2 Base de apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária), e com o IAS 34 - Demonstração Intermediária emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações contábeis intermediárias individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária).

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 04 de maio de 2018, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

2.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar essas demonstrações contábeis intermediárias, a administração fez julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores divulgados de ativos e passivos, receita e despesa. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

Os julgamentos significativos feitos pela administração na aplicação das políticas contábeis e as principais fontes de incerteza de estimativa foram os mesmos que os aplicados e evidenciados na nota 3 das demonstrações financeiras consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

4 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos requerimentos contidos nos pronunciamentos: IFRS 9 *Financial Instruments*, análogo ao CPC 48 Instrumentos Financeiros e IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers*, análogo ao CPC 47 Receita de Contrato com Cliente. Outras novas normas entraram em vigor a

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

partir de 01 de janeiro de 2018, mas não afetaram a apresentação das demonstrações contábeis da Companhia.

4.1 IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de *hedge* e divulgação.

De acordo com as disposições transitórias previstas pelo IFRS 9, a Companhia não reapresentou suas demonstrações contábeis de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. Nestes casos, as diferenças nos valores contábeis de ativos financeiros e passivos financeiros resultantes da adoção do IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidas em lucros acumulados no patrimônio líquido. Informações sobre os impactos consolidados em 1º de janeiro de 2018 se encontram na demonstração da mutação do patrimônio líquido.

Como resultado da adoção do IFRS 9, a Companhia adotou emendas ao IAS 1 *Presentation of Financial Statements* que requerem que os resultados referentes à: receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos e perda por redução ao valor recuperável (incluindo reversões) sejam apresentados separadamente na demonstração do resultado.

A seguir são apresentadas as principais práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2018 adotadas em razão dos requerimentos do IFRS 9:

4.1.1 Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- a) Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- b) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e

c) Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

4.1.2 Modificação de fluxo de caixa contratual de ativos e passivos financeiros

Os saldos contábeis de ativos ou passivos financeiros mensurados a custo amortizado cujos termos contratuais foram modificados não substancialmente refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4.1.3 Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (*Impairment*)

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda) quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Caso tal risco não tenha aumentado significativamente, a perda de crédito esperada é mensurada por valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Para tais fins, o risco de crédito do instrumento financeiro é considerado baixo se o instrumento financeiro tiver baixo risco de inadimplência (*default*); o mutuário tiver sólida capacidade de cumprir suas obrigações de fluxos de caixa contratuais em curto prazo e alterações adversas nas condições econômicas e de negócios em longo prazo possam, mas não necessariamente, reduzir a capacidade do mutuário de cumprir suas obrigações de fluxos de caixa contratuais.

Definição de inadimplência (*default*)

A Companhia considera que um *default* ocorreu para contas a receber clientes de curto e longo prazo na ocorrência de atraso de pagamento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias. Para os demais ativos financeiros, o *default* ocorre quando a contraparte não cumpre a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperada

A perda de crédito esperada sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original, ponderada pelos respectivos riscos de inadimplência (*default*).

A mensuração da perda de crédito esperada é função da: probabilidade de inadimplência (*default*), perda dada à inadimplência (*default*) (a magnitude da perda caso um *default* ocorra) e exposição à inadimplência (*default*).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A avaliação da probabilidade de inadimplência (*default*) considera publicações das principais agências classificadoras de riscos, bem como metodologias internas de avaliação. A perda, dada à inadimplência, considera também a probabilidade dos fluxos de caixa esperados da execução da garantia (ativos colaterais) e outras melhorias de crédito que são partes dos termos contratuais, menos os custos de obtenção e venda da garantia. A exposição à inadimplência (*default*) é representada pelo valor contábil bruto do ativo financeiro na data do balanço.

A Companhia reconhece as provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado como ganhos ou perdas no resultado.

A Companhia e suas investidas consolidadas aplicaram a nova metodologia e identificaram perdas adicionais de *impairment* sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018, referente a contas a receber de contratos com clientes, no montante de R\$ 268. O impacto no patrimônio líquido, na conta de lucros acumulados, é de R\$177, líquido de impostos.

A tabela a seguir apresenta as novas categorias de mensuração em 01 de janeiro de 2018, conforme IFRS 9.

Ativos Financeiros	Classificação original conforme IAS 39	Nova classificação conforme IFRS 9	Consolidado	
			Valor original conforme IAS 39	Novo saldo, considerando adoção IFRS9
Caixa e bancos			261	261
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	222	222
Contas a receber (*)			5.880	5.612
Depósitos judiciais			1.000	1.000

(*) Não inclui precatórios (R\$ 24) que é avaliado ao valor justo por meio de resultado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As perdas de crédito esperadas para o contas a receber em 1º de janeiro de 2018 estão apresentadas a seguir:

Consolidado			
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas da Perdas de crédito esperadas
Vencidos			
Até 3 meses	296	71	225
De 3 a 6 meses	43	20	23
De 6 a 12 meses	124	52	72
Acima de 12 meses	6.140	5.956	184
Total	6.603	6.099	504
A vencer (excluindo operação de FIDC)	4.886	124	4.762
FIDC	370	-	370
Total	11.859	6.223	5.636

4.2 IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

A Companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

A adoção do IFRS 15 não trouxe impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Caixa e bancos	262	261	260	257
Aplicações financeiras	843	222	616	-
Total	1.105	483	876	257

As aplicações financeiras correspondentes a fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e possuem liquidez imediata. No caso de resgate nos primeiros 30 dias de aplicação, há IOF sobre o rendimento, por meio da tabela regressiva.

6 Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Partes relacionadas (nota 30)				
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC - NP (nota 30.2)	148	370	136	356
Sector elétrico - Sistema isolado (nota 6.2)	2.973	2.992	2.973	2.992
Clientes governo federal	81	75	81	75
Empresas do Sistema Petrobras, exceto do sector elétrico - sistema isolado	252	423	483	603
Total partes relacionadas	3.454	3.860	3.673	4.026
Terceiros				
Clientes e outras contas a receber (a)	7.013	6.982	6.862	6.819
Sector elétrico - Sistema isolado - terceiros (nota 6.2)	1.020	1.017	1.020	1.017
Total terceiros	8.033	7.999	7.882	7.836
Total das contas a receber (nota 6.1)	11.487	11.859	11.555	11.862
Perdas de crédito esperadas				
Terceiros	(3.219)	(2.941)	(3.154)	(2.898)
Partes relacionadas	(3.000)	(3.014)	(3.000)	(3.014)
Total das perdas de crédito esperadas	(6.219)	(5.955)	(6.154)	(5.912)
Contas a receber - líquidas	5.268	5.904	5.401	5.950
Contas a receber (circulante), líquidas	4.894	5.528	5.041	5.574
Contas a receber (não circulante), líquidas	374	376	360	376

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Mutação das perdas de crédito esperadas	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	(5.955)	(5.995)	(5.912)	(5.955)
Ajuste adoção inicial CPC 48	(268)	-	(244)	-
Saldo inicial ajustado	(6.223)	(5.995)	(6.156)	(5.955)
(Adições)/Reversões, líquidas	1	20	(1)	20
Baixas	3	-	3	-
Saldo final	(6.219)	(5.975)	(6.154)	(5.935)
Perdas de crédito esperadas (circulante)	(2.261)	(1.968)	(2.196)	(1.928)
Perdas de crédito esperadas (não circulante)	(3.958)	(4.007)	(3.958)	(4.007)

- (a) Inclui saldo de precatórios com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo (R\$ 24 em 31 de março de 2018 e R\$ 24 em 31 de dezembro de 2017) - nota 29.

As adições, baixas e reversões das perdas de créditos esperadas, no montante líquido de R\$ 4 no consolidado e R\$ 2 na controladora (R\$ 20 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2017), foram reconhecidas em despesa de vendas, na demonstração do resultado

A Companhia apresenta R\$ 5.750 de contas a receber de clientes em cobrança judicial (R\$ 5.714 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$ 1.918 no circulante (R\$ 1.882 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 3.832 (R\$ 3.832 em 31 de dezembro de 2017) no não circulante.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

6.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

Do saldo de R\$ 116 a vencer provisionado para perdas (R\$ 110 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 101 (R\$ 108 em 31 de dezembro de 2017) referem-se aos contratos de confissão de dívidas (CCD) do setor elétrico sem garantias, celebrados em 2013 e 2014.

	Consolidado					
	31.03.2018			31.12.2017 (*)		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas da Perdas de crédito esperadas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas da Perdas de crédito esperadas
Vencidos						
Até 3 meses	190	42	148	296	30	266
De 3 a 6 meses	97	46	51	43	-	43
De 6 a 12 meses	88	41	47	124	13	111
Acima de 12 meses	6.173	5.974	199	6.140	5.802	338
Total	6.548	6.103	445	6.603	5.845	758
A vencer (excluindo operação de FIDC)	4.791	116	4.675	4.886	110	4.776
FIDC	148	-	148	370	-	370
Total	11.487	6.219	5.268	11.859	5.955	5.904

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

	Controladora					
	31.03.2018			31.12.2017 (*)		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas da Perdas de crédito esperadas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas da Perdas de crédito esperadas
Vencidos						
Até 3 meses	171	35	136	275	30	245
De 3 a 6 meses	94	45	49	41	-	41
De 6 a 12 meses	85	38	47	118	13	105
Acima de 12 meses	6.121	5.927	194	6.091	5.759	332
Total	6.471	6.045	426	6.525	5.802	723
A vencer (excluindo operação de FIDC)	4.948	109	4.839	4.981	110	4.871
FIDC	136	-	136	356	-	356
Total	11.555	6.154	5.401	11.862	5.912	5.950

(*) O aging em 1º de janeiro de 2018, conforme nova metodologia baseada no IFRS 9, encontra-se na nota 4.1.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***6.2 Composição - Setor elétrico (Sistema isolado)**

	Consolidado					
	31.03.2018			31.12.2017		
	A vencer	Vencido	Total	A vencer	Vencido	Total
Contas a receber						
Sistema Eletrobras	101	2.872	2.973	108	2.884	2.992
Sistema Petrobras	-	-	-	-	-	-
Terceiros	19	1.001	1.020	18	999	1.017
	120	3.873	3.993	126	3.883	4.009
(-) Perdas de crédito esperadas						
Setor elétrico - empresas do Sistema Eletrobras	(101)	(2.872)	(2.973)	(108)	(2.884)	(2.992)
Setor elétrico - terceiros	-	(1.001)	(1.001)	(2)	(999)	(1.001)
	(101)	(3.873)	(3.974)	(110)	(3.883)	(3.993)
Total	19	-	19	16	-	16
Partes relacionadas						
Terceiros	19	-	19	16	-	16

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

6.3 Movimentação das contas a receber de clientes - Setor elétrico (Sistema isolado)

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Faturamento	Recebimentos	Perdas de crédito esperada		Atualização Monetária	Saldo em 31 de março de 2018
				Constituição	Reversão		
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)							
Amazonas Distribuidora de Energia	-	-	(9)	-	9	-	-
Cia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	-	-	(2)	(1)	2	1	-
Eletrobras Roraima (Boa Vista Energia S.A.)	-	-	(9)	-	9	-	-
Contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	-	-	(20)	(1)	20	1	-
Partes relacionadas (Sistema Petrobras)							
Breitner Jaraqui	-	1	(1)	-	-	-	-
Breitner Tambaqui	-	1	(1)	-	-	-	-
Manauara	-	7	(7)	-	-	-	-
Contas a Receber líquido do Sistema Petrobras	-	9	(9)	-	-	-	-
Terceiros							
Alcoa World Alumina Brasil LTDA	15	38	(35)	-	-	-	18
Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT	1	2	(2)	-	-	-	1
Cia de Energia de Pernambuco - CELPE	-	4	(4)	-	-	-	-
Geradora de Energia do Amazonas - GERA	-	6	(6)	-	-	-	-
Rio Amazonas Energia - RAESA	-	6	(6)	-	-	-	-
Contas a Receber líquido Terceiros	16	56	(53)	-	-	-	19
Total do contas a receber líquido	16	65	(82)	(1)	20	1	19
Contas a Receber do Sistema Eletrobras	2.992	-	(20)	-	-	1	2.973
(-) Perdas de crédito esperadas	(2.992)	-	-	(1)	20	-	(2.973)
Total do contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	-	-	(20)	(1)	20	1	-
Contas a Receber do Sistema Petrobras	-	9	(9)	-	-	-	-
(-) Perdas de crédito esperadas	-	-	-	-	-	-	-
Total do contas a receber líquido do Sistema Petrobras	-	9	(9)	-	-	-	-
Contas a Receber de terceiros	1.017	56	(53)	-	-	-	1.020
(-) Perdas de crédito esperadas	(1.001)	-	-	-	-	-	(1.001)
Total do contas a receber líquido de Terceiros	16	56	(53)	-	-	-	19
Total do contas a receber	4.009	65	(82)	-	-	1	3.993
(-) Perdas de crédito esperadas	(3.993)	-	-	(1)	20	-	(3.974)
Total do contas a receber líquido	16	65	(82)	(1)	20	1	19

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia fornece óleo combustível e óleo diesel para usinas de geração termoe elétrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e Produtores Independentes de Energia (PIEs) que compõem o sistema isolado de energia e na região norte do país. Este sistema corresponde ao serviço público de distribuição de energia elétrica que, em sua configuração normal, não está ainda em condições de ter a totalidade de sua demanda de energia elétrica atendida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), por razões técnicas ou econômicas.

Uma parcela significativa dos recursos utilizados para a liquidação financeira dos referidos ativos é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que tem como uma de suas finalidades principais o reembolso parcial dos custos de aquisição dos combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica no sistema isolado de energia. Contudo, diversas alterações ocorridas na legislação, no decorrer do tempo, com destaque para a MP 579/2012, que introduziu ajustes relevantes na origem dos recursos utilizados para subsidiar a geração de energia pelas usinas dos sistemas isolados, impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC às usinas termelétricas do sistema isolado, que por sua vez, por deficiência de caixa, passaram a efetuar pagamentos menores do que aqueles devidos à Companhia pelo fornecimento de combustíveis para geração de energia elétrica, aumentando a inadimplência das distribuidoras que operavam neste setor.

A fim de regularizar esta situação, a Companhia intensificou negociações com as concessionárias estaduais, PIE, empresas privadas e controladas da Eletrobras e, em 31 de dezembro de 2014, foram celebrados contratos de confissão de dívida (CCD), no montante de R\$ 5.344 (R\$ 5.194 refere-se à parcela da Companhia e R\$ 150 refere-se à parcela da Petrobras), abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014, atualizados pela taxa Selic, para pagamentos em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015, dos quais R\$ 5.233 (R\$ 126 referentes a títulos endossados pela Petrobras) possuíam garantia real por penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A amortização da dívida estabelecida nos CCDs ocorre em duas etapas, sendo a primeira com amortização de 15% do valor repactuado, nos primeiros 36 meses, e os 85% restantes em 84 parcelas que começam a vencer a partir de janeiro de 2018. Com isso, é esperado a partir de 2018 uma redução progressiva de contas a receber do setor elétrico, o que não ocorreu até 31 de dezembro de 2017 em função da característica do fluxo de amortização pactuado. O Grupo Eletrobras tem cumprido com os pagamentos dos CCDs assinados em 2014 mesmo com atrasos intermitentes.

Considerando principalmente a reestruturação do Setor e os efeitos previstos na Resolução Normativa nº 679/15 publicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), esperava-se uma redução da inadimplência, o que de fato não ocorreu.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Assim, a Companhia vem adotando medidas visando reduzir a referida inadimplência, com destaque para:

- suspensão do fornecimento a prazo, exceto para as situações em que a Companhia é obrigada a fornecer em função de decisão judicial;
- cobrança judicial da dívida inadimplida nos contratos de compra e venda com empresas do Sistema Eletrobras (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e o contrato de confissão de dívida da CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá); e
- inscrição das Empresas do Sistema Eletrobras (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal).

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Downstream Participações Ltda. (controlada da Petrobras), no montante de R\$ 6.339, referente aos créditos com as empresas do sistema Eletrobras repactuados em 2014 e dos valores a receber dos clientes Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, ambas do Sistema Petrobras.

No período findo em 31 de março de 2018, a Companhia reverteu o montante de R\$ 19, líquido de constituição (R\$ 88 em 31 de março de 2017, em função, principalmente, dos pagamentos efetuados pelo cliente Centrais Elétricas do Pará - CELPA (R\$ 79)).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	388	534	388	534
Óleo diesel	1.041	1.222	1.041	1.222
Óleo combustível	171	213	171	213
Querosene de Aviação	195	172	195	172
Lubrificantes	139	140	139	140
Outros	124	104	124	104
Biocombustíveis	590	467	590	467
	2.648	2.852	2.648	2.852
Outros produtos (*)	428	393	406	372
Total	3.076	3.245	3.054	3.224

(*) Referem-se, basicamente, a importações em andamento de produtos como o diesel e a gasolina.

Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 31 de março de 2018.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

8 Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Ativo circulante				
ICMS	399	482	369	458
IPI	4	4	4	4
Pasep	3	2	-	-
Cofins	11	11	-	-
Outros impostos	21	23	21	21
Subtotal	438	522	394	483
Ativo não circulante				
ICMS	549	534	477	469
Outros	-	7	-	-
Subtotal	549	541	477	469
Total	987	1.063	871	952

Os créditos fiscais da Companhia estão representados, principalmente, por:

(i) ICMS Substituição Tributária a ser ressarcido pelos Estados nas operações interestaduais de derivados de petróleo em que o imposto tenha sido retido no Estado de origem e repassado ao Estado de destino por um valor menor, sendo os principais Estados o Maranhão (R\$ 130 em 31 de março de 2018 e R\$ 120 em 31 de dezembro de 2017), Pernambuco (R\$ 114 em 31 de março de 2018 e R\$ 98 em 31 de dezembro de 2017) e Bahia (R\$ 96 em 31 de março de 2018 e R\$ 106 em 31 de dezembro de 2017);

(ii) créditos a serem restituídos pelo Estado de Mato Grosso, através de processo administrativo, por antecipações recolhidas a maior (R\$ 97 em 31 de março de 2018 e R\$ 95 em 31 de dezembro de 2017);

(iii) saldo credor de ICMS a ser recuperado no Estado da Bahia (R\$ 67 em 31 de março de 2018 e R\$ 68 em 31 de dezembro de 2017); e

(iv) ICMS a ser restituído pelo Estado do Espírito Santo referente à compra de gás natural com Substituição Tributária na origem (R\$ 97 em 31 de março de 2018 e R\$ 97 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia tem expectativa de recebimento dos valores apresentados.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Movimentação

Origem do registro dos impostos diferidos	Consolidado			Controladora	
	31.12.2017	Reconhecido no		31.03.2018	31.03.2018
		Resultado	Patrimônio Líquido		
Contas a receber	1.024	(975)	91	140	120
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	638	27	-	665	665
Imobilizado	8	(10)	-	(2)	(1)
Arrendamentos mercantis financeiros	(63)	(25)	-	(88)	(88)
Programa de incentivo ao desligamento voluntário	3	7	-	10	10
Processos judiciais	707	24	-	731	731
Benefício Pós Emprego	660	12	-	672	670
Prejuízos fiscais	60	918	-	978	978
Juros sobre capital próprio	131	(131)	-	-	-
Depósitos judiciais	(110)	(4)	-	(114)	(114)
Hedge	35	(1)	-	34	34
Outros	69	(4)	-	65	66
Total	3.162	(162)	91	3.091	3.071
Imposto de renda diferido	2.325			2.273	2.258
Contribuição social diferida	837			818	813
Impostos diferidos ativos	3.657			3.599	3.578
Impostos diferidos passivos	(495)			(508)	(507)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(b) Estimativa de realização

Período	Imposto de renda e CSLL diferidos	
	Consolidado	Controladora
2018	327	318
2019	1.235	1.232
2020	254	250
2021	251	249
2022	250	249
2023	116	116
2024	117	116
2025	117	116
2026 em diante	424	425
31 de março de 2018	3.091	3.071
31 de dezembro de 2017	3.162	3.150

(c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido antes dos impostos	410	276	409	275
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(139)	(94)	(139)	(94)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
· Adições/exclusões permanentes, líquidas	(4)	-	(4)	-
· Resultado de equivalência patrimonial	(1)	(1)	1	(3)
· Incentivos fiscais	-	1	-	2
· Despesas com benefício pós emprego de saúde A.M.S.	(19)	(24)	(19)	(24)
· Outros itens	-	(2)	(1)	-
Imposto de renda e contribuição social	(163)	(120)	(162)	(119)
IR e CSLL correntes	(1)	(67)	-	(66)
IR e CSLL diferidos	(162)	(53)	(162)	(53)
	(163)	(120)	(162)	(119)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	39,8%	43,5%	39,6%	43,3%

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias**
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

10 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.959
Adições	569
Baixas	(545)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.983
Adições	113
Baixas	(121)
Saldo em 31 de março de 2018	1.975

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

11 Depósitos judiciais

	Consolidado					Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	680	167	94	9	950	928
Adições, líquidas de reversão	2	33	8	-	43	43
Baixas	-	(16)	(17)	(3)	(36)	(37)
Atualização monetária	36	5	3	(1)	43	43
Saldo em 31 de dezembro de 2017	718	189	88	5	1.000	977
Adições, líquidas de reversão	1	7	-	-	8	8
Baixas	-	(3)	-	-	(3)	(3)
Atualização monetária	9	2	1	-	12	12
Saldo em 31 de março de 2018	728	195	89	5	1.017	994

A Companhia mantém R\$ 209 (R\$ 203 em 31 de dezembro de 2017) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 27.1.1); R\$ 445 (R\$ 441 em 31 de dezembro de 2017) associados a contingências possíveis; R\$ 86 (R\$ 82 em 31 de dezembro de 2017) associados a contingências remotas; R\$ 227 (R\$ 227 em 31 de dezembro de 2017) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia é autora e R\$ 27 (R\$ 24 em 31 de dezembro de 2017) referem-se a outros.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

12 Investimentos

12.1 Informações contábeis resumidas sobre as controladas, negócios em conjunto e coligada

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

	Negócios em conjunto							
	Controladas		Operação em conjunto		Empreendimentos controlados em conjunto			Coligada
	Fundo de Investimento Imobiliário							
	FCM	Stratura	Brasil Carbonos	CDGN (a)	Brasil Supply (b)	Energética Camaçari Muricy II	Pecém Energia	BRF Biorefinos
Ativo								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	219	1	17	16	-	1	1	3
Outros ativos circulantes	117	158	6	6	71	1	1	-
Ativo Não Circulante								
Ativo realizável a longo prazo	413	127	11	3	1	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	376	42	98	37	640	-	-	22
Intangível	-	2	-	-	2	-	-	-
Total do Ativo	1.125	330	132	62	714	2	2	25
Passivo								
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	103	-	15	3	105	-	-	-
Outros passivos circulantes	260	114	3	6	96	1	1	-
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	778	-	9	8	447	-	-	-
Outros passivos não circulantes	23	4	-	3	166	-	-	-
Patrimônio Líquido								
Patrimônio Líquido atribuível a acionistas controladores	(39)	212	105	42	(100)	1	1	25
Total do Passivo	1.125	330	132	62	714	2	2	25
Resultados								
Receita operacional líquida	-	134	10	7	-	-	-	-
Lucro bruto	-	11	6	2	(2)	-	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	2	1	3	-	8	-	-	-
Percentual de participação - %	99,01%	100,00%	49,00%	49,00%	0,38%	50,00%	45,00%	49,00%
Depreciação e amortização	-	(1)	(1)	(1)	-	-	-	-
Resultado financeiro	2	2	(1)	-	(4)	-	-	-
Despesas (Receita) de Imposto de Renda (Corrente e Diferido)	-	(1)	(1)	-	-	-	-	-

(a) Posição: 28.02.2018

(b) Posição: 31.01.2018

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***12.2 Mutação dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada**

	Negócios em conjunto							31.03.2018
	Controladas	Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto			Coligada	Outros investimentos	
			Brasil	Camaçari	Pecém			
	Stratura		CDGN			BRF Biorefinos		
No início do exercício	227	72	21	-	1	12	1	334
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Equivalência patrimonial	1	1	-	-	-	-	-	2
Ajustes adoção CPC 48	(16)	-	-	-	-	-	-	(16)
No fim do período	212	73	21	-	1	12	-	319

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

	Negócios em conjunto					31.03.2017
	Controladas	Empreendimentos		Coligada	Outros investimentos	
		Operação em conjunto	controlados em conjunto			
		Brasil				
	Stratura	Carbonos (a)	CDGN	BRF Biorefinos		
No início do período	103	69	22	22	1	217
Equivalência patrimonial	(1)	-	(1)	-	-	(2)
Redução de capital	-	-	-	(10)	-	(10)
No fim do período	102	69	21	12	1	205

- (a) Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R\$ 28, que é amortizada em função da vida útil dos ativos. Em 31 de março de 2018, o saldo de R\$ 21 (R\$22 em 31 de dezembro de 2017) está classificado no imobilizado, no Consolidado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de março de 2018, o saldo da participação societária na controlada FII FCM é zero devido a apresentação de passivo a descoberto por esta controlada. Os prejuízos excedentes ao valor do investimento foram reconhecidos no passivo, na forma de provisão.

	Período de três meses findos em 31 de março de	
	2018	2017
Saldo provisão no início do exercício	40	42
Constituição (b)	-	7
Reversão (b)	(2)	-
Saldo provisão no fim do período	38	49

(b) Valores registrados no resultado em "Resultado de participação em investimentos".

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

13 Imobilizado

13.1 Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Terrenos (b), Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.054	2.057	875	5.986
Adições	1	75	171	247
Baixas	(46)	(6)	(1)	(53)
Depreciações	(127)	(265)	-	(392)
Transferências (a)	104	161	(242)	23
Juros capitalizados	-	-	5	5
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.986	2.022	808	5.816
Adições	-	15	45	60
Baixas	-	(2)	-	(2)
Depreciações	(31)	(61)	-	(92)
Transferências (a)	7	107	(125)	(11)
Juros capitalizados	-	-	9	9
Saldo em 31 de março de 2018	2.962	2.081	737	5.780
Custo	4.129	5.070	808	10.007
Depreciação	(1.143)	(3.048)	-	(4.191)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.986	2.022	808	5.816
Custo	4.111	5.134	737	9.982
Depreciação	(1.149)	(3.053)	-	(4.202)
Saldo em 31 de março de 2018	2.962	2.081	737	5.780

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora			
	Terrenos (b), Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.008	2.016	518	5.542
Adições	1	74	164	239
Baixas	(46)	(7)	(1)	(54)
Depreciações	(125)	(262)	-	(387)
Transferências (a)	89	150	(241)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.927	1.971	440	5.338
Adições	-	15	44	59
Baixas	-	(2)	-	(2)
Depreciações	(31)	(60)	-	(91)
Transferências (a)	6	107	(125)	(12)
Saldo em 31 de março de 2018	2.902	2.031	359	5.292
Custo	4.058	4.981	440	9.479
Depreciação	(1.131)	(3.010)	-	(4.141)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.927	1.971	440	5.338
Custo	4.038	5.045	359	9.442
Depreciação	(1.136)	(3.014)	-	(4.150)
Saldo em 31 de março de 2018	2.902	2.031	359	5.292

(a) Em 31 de dezembro de 2017, referem-se, principalmente, a transferências entre outros grupos patrimoniais, como por exemplo, o recebimento de equipamentos como quitação do contas a receber (dação em pagamento) no consolidado. Na controladora, inclui também a transferência do imobilizado do segmento de asfalto para aporte na Stratura Asfalto S.A. em 31 de maio de 2017. Em 31 de março de 2018, referem-se, principalmente, a transferências entre outros grupos patrimoniais, como por exemplo, de ativo para mantido para venda.

(b) Em 31 de março de 2018, o saldo de terrenos no consolidado é de R\$ 378 (R\$ 389 em 31 de dezembro 2017) e na Controladora é de R\$ 373 (R\$ 384 em 31 de dezembro de 2017).

Os ativos em construção apresentados no Consolidado referem-se, substancialmente, à expansão, modernização e melhorias em terminais e bases de distribuição de combustíveis, aeroportos e fábrica de lubrificantes.

O imobilizado da Companhia inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento mercantil financeiro, no montante de R\$ 375 (R\$ 382 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

13.2 Abertura por tempo de vida útil estimada

Vida útil estimada	Consolidado		Total
	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	
até 10 anos	-	330	330
11 a 20 anos	-	1.476	1.476
21 a 30 anos	1.968	78	2.046
30 anos em diante	616	197	813
Total	2.584	2.081	4.665

14 Intangível

14.1 Por tipo de ativos

	Consolidado			Total
	Direitos e Concessões	Softwares (b)	Goodwill (c)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	279	153	29	461
Adições	7	44	-	51
Amortização	(11)	(49)	-	(60)
Transferências (a)	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2017	276	148	29	453
Adições	2	9	-	11
Amortização	(3)	(11)	-	(14)
Saldo em 31 de março de 2018	275	146	29	450
Custo	368	423	29	820
Amortização	(92)	(275)	-	(367)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	276	148	29	453
Custo	370	431	29	830
Amortização	(95)	(285)	-	(380)
Saldo em 31 de março de 2018	275	146	29	450

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora			
	Direitos e Concessões	Softwares (b)	Goodwill (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	278	153	29	460
Adições	7	44	-	51
Amortização	(11)	(49)	-	(60)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	274	148	29	451
Adições	2	9	-	11
Amortização	(3)	(11)	-	(14)
Saldo em 31 de março de 2018	273	146	29	448
Custo	364	423	29	816
Amortização	(90)	(275)	-	(365)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	274	148	29	451
Custo	365	431	29	825
Amortização	(92)	(285)	-	(377)
Saldo em 31 de março de 2018	273	146	29	448

- (a) Referem-se, principalmente, a transferências entre outros grupos patrimoniais, como por exemplo, do imobilizado, de acordo com a natureza do investimento.
- (b) A Companhia apresenta saldo de R\$ 44 de *software* em desenvolvimento (R\$ 40 em 31 de dezembro de 2017).
- (c) *Goodwill* de ativos de distribuição de combustíveis, originado quando da aquisição da Liquigás S.A., distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Essa investida foi transferida para a Petrobras, em 2012, entretanto a operação relacionada a este ágio permaneceu na Companhia.

14.2 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo desse Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043.

O valor dos ativos, líquidos de amortização, vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 31 de março de 2018 é de R\$ 270 (R\$ 270 em 31 de dezembro de 2017).

Em 02 de fevereiro de 2016 foi publicada, no Diário Oficial do Espírito Santo, a Lei 10.493/2016 que reconhece a extinção/nulidade do contrato de concessão do serviço de distribuição de gás canalizado, por aplicação do disposto no art. 43 da Lei Federal 8987, de 13 de fevereiro de 1995.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A referida Lei prevê a realização de licitação da concessão ou a criação de empresa estatal estadual para assumir os serviços, cabendo à Concessionária a indenização nos termos da Lei, a qual foi contestada judicialmente pela Companhia.

Diante disso, em 12 de agosto de 2016, a Companhia assinou Memorando de Entendimentos (MoU) com o Governo do Estado do Espírito Santo visando avaliar a criação de empresa estatal estadual para prestação de serviço público de distribuição de gás natural canalizado.

Conforme previsão contida no MoU, ao longo de 2017 foi realizada a modelagem e plano de negócios aplicáveis aos estudos da nova empresa, bem como a avaliação, por empresa especializada, dos ativos pertencentes à concessão. Em 31 de março de 2018, encontram-se em fase final a fiscalização do Estado sobre a avaliação de ativos e a modelagem e planos de negócios. Também nessa data, seguem em andamento as negociações entre a Companhia e o Governo do Estado do Espírito Santo para constituição de empresa estadual de distribuição de gás natural.

A Companhia não efetuou nenhuma provisão para perda, pois até o presente momento, o valor contábil existente em 31 de março de 2018 está garantido pela indenização prevista na referida Lei.

15 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Empresas do Sistema Petrobras (Nota 30.1)	1.142	1.448	1.101	1.418
Terceiros	1.176	1.234	1.171	1.227
Total	2.318	2.682	2.272	2.645

O saldo de Fornecedores - Empresas do Sistema Petrobras está composto, principalmente, de faturas a pagar à Petrobras pela aquisição de derivados de petróleo e contratação de serviços (inclusive fretes).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16 Financiamentos

16.1 Por Instituição Financeira

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Banco do Brasil	12	12	-	-
Banco IBM	56	56	56	56
Banco Itaú - Debêntures	3.636	3.572	3.636	3.572
	3.704	3.640	3.692	3.628
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	881	1.000	-	-
Total	4.585	4.640	3.692	3.628
Circulante	257	185	147	78
Não circulante	4.328	4.455	3.545	3.550

Banco Itaú

Em 10 de agosto de 2015, a Companhia assinou contrato para emissão de debêntures, não conversíveis em ações, junto ao Banco Itaú BBA, no valor de R\$ 3.500, pelo prazo de cinco anos.

Os juros do financiamento são amortizados semestralmente e a amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, ao final do contrato, em 15 de abril de 2020.

Os encargos sobre a remuneração a ser paga pelas debêntures são de 111,57% do CDI.

O lastro da captação é a aquisição de etanol. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei 6.313/75. A Petrobras é o garantidor da operação.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16.2 Obrigações contratuais (covenants)

A Companhia possui obrigações contratuais (não financeiras) relacionadas aos contratos de financiamento, que foram plenamente atendidas em 31 de março de 2018, dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis em prazos acordados com as instituições; não sofrer protestos de títulos em montantes previamente determinados; não figurar como inadimplente junto ao credor ou a qualquer instituição financeira ou de crédito conforme valores acordados; e outras cláusulas.

16.3 Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI's e Debêntures)	Total	Total
Não circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	7.522	4.487	12.009	11.036
Provisionamento de juros	5	-	5	5
Transferência entre curto e longo prazo	12	(146)	(134)	9
Pré-pagamentos de dívidas de longo prazo	(7.500)	-	(7.500)	(7.500)
Variações monetárias	-	75	75	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	39	4.416	4.455	3.550
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	610	195	805	697
Provisionamento de juros	703	386	1.089	1.088
Amortização de principal	(223)	(89)	(312)	(217)
Amortização de juros	(841)	(492)	(1.333)	(1.273)
Transferência entre curto e longo prazo	(12)	146	134	(9)
Pré-pagamentos de dívida de longo prazo	(208)	-	(208)	(208)
Variações monetárias	-	10	10	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	29	156	185	78
Saldo total em 31 de dezembro de 2017	68	4.572	4.640	3.628

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		Controladora	
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI's e Debêntures)	Total	Total
Não circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	39	4.416	4.455	3.550
Transferência entre curto e longo prazo	(6)	(151)	(157)	(5)
Variações monetárias	-	30	30	-
Saldo final em 31 de março de 2018	33	4.295	4.328	3.545
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	29	156	185	78
Provisionamento de juros	1	64	65	64
Amortização de principal	(1)	(99)	(100)	-
Amortização de juros	-	(53)	(53)	-
Transferência entre curto e longo prazo	6	151	157	5
Variações monetárias	-	3	3	-
Saldo final em 31 de março de 2018	35	222	257	147
Saldo total em 31 de março de 2018	68	4.517	4.585	3.692

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Circulante				
Parcela circulante do endividamento de longo prazo	123	110	18	13
Juros sobre financiamento	134	75	129	65
Total	257	185	147	78

16.3.1 Conciliação dos financiamentos com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017
Saldo inicial	4.640	12.814
Fluxo de caixa		
Pagamentos (*)	(153)	(320)
Alterações não caixa		
Juros / Variação monetária	98	435
Saldo final	4.585	12.929

(*) Inclui pagamentos de principal e juros.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16.4 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

	Consolidado								Controladora	
	2018	2019	2020	2021 (a)	2022 (a)	2023 (a)	2024 (a)	2025 em diante (a)	Total	Total
Financiamentos em Reais (R\$):										
Indexados a taxas flutuantes	148	124	3.643	116	122	130	55	247	4.585	3.692
Taxa média dos Financiamentos em Reais	6,09%	7,66%	8,55%	5,84%	5,83%	5,84%	5,86%	5,37%	6,38%	8,28%
Total em 31 de março de 2018	148	124	3.643	116	122	130	55	247	4.585	3.692
Total em 31 de dezembro de 2017	185	133	3.638	118	125	132	56	253	4.640	3.628

(a) Apenas Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI

Os valores justos dos financiamentos são determinados, principalmente, por meio de derivativos de preços observáveis de mercado (Nível 2). O valor justo dos financiamentos em 31 de março de 2018 é de R\$ 4.196 (R\$ 3.452 na Controladora).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 29.2.1.1.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17 Arrendamentos mercantis

17.1 Arrendamentos mercantis financeiros

A Companhia possui compromissos financeiros com o FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda., em função de direitos decorrentes de operações com arrendamentos de imóveis e equipamentos, e construção de bases e terminais, atualizados pelo IPCA. O saldo a pagar em 31 de março de 2018 totaliza R\$ 523 (nota 17.1.1).

Os créditos imobiliários originados nos Instrumentos Particulares de Promessa de Compra e Venda serviram de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), pela RB Capital Securitizadora S.A..

A Companhia é arrendatária de equipamentos da investida CDGN, e arrendadora desses equipamentos aos clientes Suzano Papel e Celulose S.A. e Fiat Automóveis Ltda.. O saldo a receber gerado pelo arrendamento a esses clientes totaliza R\$ 25 (nota 17.1.1).

17.1.1 Fluxo dos pagamentos e recebimentos de arrendamentos mercantis financeiros

Compromissos estimados	Recebimentos					
	Consolidado			Controladora		
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
2018	5	(2)	3	5	(2)	3
2019 - 2022	27	(11)	16	27	(11)	16
2023 em diante	11	(5)	6	11	(5)	6
Em 31 de março de 2018	43	(18)	25	43	(18)	25
Circulante			4			4
Não circulante			21			21
Em 31 de março de 2018			25			25
Circulante			4			4
Não circulante			21			21
Em 31 de dezembro de 2017			25			25

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Compromissos estimados	Pagamentos					
	Consolidado			Controladora		
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
2018	40	(12)	28	31	(3)	28
2019 - 2022	64	(25)	39	357	(37)	320
2023 em diante	11	(5)	6	191	(16)	175
Em 31 de março de 2018	115	(42)	73	579	(56)	523
Circulante			29			118
Não circulante			44			405
Em 31 de março de 2018			73			523
Circulante			29			126
Não circulante			43			474
Em 31 de dezembro de 2017			72			600

17.1.2 Conciliação dos arrendamentos mercantis financeiros com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017
Saldo inicial	72	95
Fluxo de caixa		
Pagamentos	(2)	(2)
Alterações não caixa		
Juros / Variação monetária	3	2
Saldo final	73	95

17.2 Arrendamentos mercantis operacionais

Em 31 de março de 2018, a Companhia pagou um montante de R\$ 65 (R\$ 75 em 31 de março de 2017) pelos compromissos contratuais de arrendamentos operacionais, sendo R\$ 46 referente a parcelas fixas e R\$ 19 referente a parcelas variáveis. Esses arrendamentos expiram em diversas datas até 2040.

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, terrenos, unidades administrativas e edificações utilizados como postos de combustíveis e equipamentos de fornecimento de energia elétrica.

A Companhia possui compromissos contratuais com a Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora referente à locação do Edifício Lubrax para o período de 2018 a 2031, num valor total restante estimado de R\$ 877.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A estimativa de pagamentos mínimos dos arrendamentos da Companhia para os próximos exercícios está assim apresentada:

	Consolidado	Controladora
2018	102	102
2019 - 2022	352	352
2023 em diante	359	359
Total	813	813

18 Adiantamentos de clientes

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Fundos de marketing (a)	145	155	145	155
Adiantamentos de clientes	179	199	173	191
Outros	8	9	8	9
Total	332	363	326	355

(a) Adiantamentos recebidos de clientes conveniados, tais como revendedores, franqueados e parceiros comerciais, para uso em ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

19 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Passivo Circulante				
ICMS	190	175	189	174
PIS/COFINS	32	36	32	36
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	17	29	16	29
Programa de Recuperação Fiscal	-	11	-	11
Outros	20	26	12	19
Total	259	277	249	269

Os débitos de ICMS estão representados, basicamente, por: ICMS Próprio e ICMS Substituição Tributária registrados nos Livros Fiscais a serem recolhidos, principalmente, para os Estados de São Paulo (R\$ 53 em 31 de março de 2018 e R\$ 51 em 31 de dezembro de 2017), Minas Gerais (R\$ 24 em 31 de março de 2018 e R\$ 22 em 31 de dezembro de 2017), Rio de Janeiro (R\$ 15 em 31 de março de 2018 e R\$ 17 em 31 de dezembro de 2017), Mato Grosso do Sul (R\$ 14 em 31 de março de 2018 e R\$ 8 em 31 de dezembro de 2017), Espírito Santo (R\$ 9 em 31 e março de 2018 e R\$ 5 em 31 de dezembro de 2017) e Paraná (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 11 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

19.1 Programas de Anistias Estaduais

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistia.

Estado	Lei Estadual / Decreto	Valores liquidados	
		31.03.2018	31.12.2017
MG	22.549/2017	-	71
PE	362/2017	-	3
CE	16.259/2017	-	3
MA	10.681/17	-	1
TO	3.346/18	7	-
Total		7	78

19.2 Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

Em 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, cujos processos inscritos referem-se a dívidas de PIS/COFINS, IPI e INSS cobradas pela União.

No primeiro trimestre de 2018 a Companhia quitou o PERT num valor total de R\$ 11.

20 Benefícios concedidos a empregados

20.1 Planos de pensão e saúde

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido e contribuição variável e mantém um plano de assistência médica, com benefícios definidos, que atende aos empregados de empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. A descrição detalhada dos planos de pensão e saúde é apresentada na nota explicativa 21 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A movimentação dos benefícios concedidos a empregados está representada a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	31.03.2018				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.849	70	2.392	4.311	4.308
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(65)	(69)	(475)	(609)	(609)
(+) Custos incorridos no período	9	8	26	43	42
(-) Pagamento de contribuições	(62)	-	(77)	(139)	(139)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	197	8	255	460	460
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.928	17	2.121	4.066	4.062
Circulante	60	-	74	134	134
Não Circulante	1.868	17	2.047	3.932	3.928
	1.928	17	2.121	4.066	4.062
(+) Custos incorridos no período	6	1	7	14	14
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	45	-	50	95	95
(-) Pagamento de contribuições	(16)	-	(22)	(38)	(38)
Saldo em 31 de março de 2018	1.963	18	2.156	4.137	4.133
Circulante	67	-	73	140	140
Não Circulante	1.896	18	2.083	3.997	3.993
	1.963	18	2.156	4.137	4.133

A despesa líquida com planos de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

	Período de três meses findos em 31 de março de 2018				
	Consolidado			Controladora	
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço	6	1	7	14	14
Juros líquidos sobre o passivo líquido	45	-	50	95	95
Custo líquido em Jan-Mar/2018	51	1	57	109	109
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	1	-	-	1	1
Diretamente no resultado	12	1	16	29	29
Relativa aos inativos:	38	-	41	79	79
Custo líquido em Jan-Mar/2018	51	1	57	109	109
Custo líquido em Jan-Mar/2017	51	4	70	125	125

Em 31 de março de 2018, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros para cobrir obrigações do plano, totalizavam R\$ 422 no Consolidado e na Controladora. Nesta mesma data, a Petrobras possuía em volume de estoque de petróleo e/ou derivados oferecido como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 com a Petros, no valor de R\$ 14.187 (R\$ 12.307, em 31 de dezembro de 2017).

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. No primeiro trimestre de 2018, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida no Plano Petros 2 foi de R\$ 12 (R\$ 13 no primeiro trimestre de 2017).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Plano de equacionamento do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP)

O PPSP está passando por um processo de equacionamento, em função do déficit de R\$ 22,6 bilhões acumulado até o exercício de 2015. Atualizado até dezembro de 2017, com base na meta atuarial (inflação + taxa de juros), o déficit foi corrigido para R\$ 27,3 bilhões.

Conforme as Leis Complementares 108/2001 e 109/2001, bem como a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC 26/2008, o déficit deve ser equacionado paritariamente entre as patrocinadoras (Petrobras, Petrobras Distribuidora e Fundação Petros) e os participantes e assistidos do PPSP. Sendo assim, cabe à Petrobras um valor total de R\$ 12,8 bilhões e à Companhia, R\$ 0,9 bilhão.

O desembolso pelas patrocinadoras será decrescente ao longo de 18 anos, e é estimado, no primeiro ano, em R\$ 1,4 bilhão para a Petrobras e R\$ 89 para a Companhia.

O PED foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros, em 12 de setembro de 2017, e apreciado pelo Conselho de Administração da Petrobras e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As contribuições extras por parte dos participantes e patrocinadoras iniciaram em março de 2018.

Cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP).

Em 15 de fevereiro de 2018, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) autorizou a cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), a partir de 31 de março de 2018, com a divisão em dois planos independentes: PPSP - Repactuados (PPSP-R) e PPSP - Não Repactuados (PPSP-NR).

A cisão teve origem nos processos de repactuação das regras do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), ocorridos nos anos de 2006-2007 e 2012, quando os participantes tiveram a opção de escolher entre a alteração ou não das regras de reajuste do seu benefício. Neste processo, cerca de 75% dos participantes do plano aceitaram mudar a forma de reajuste e passaram a ter a correção de seu benefício vinculada apenas à inflação (variação do IPCA). E os demais, que não repactuaram, continuaram com o benefício atrelado aos reajustes de salário dos trabalhadores ativos da Petrobras e demais patrocinadoras do plano.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

20.2 Participações nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ministério de Minas e Energia e pela Petrobras e ao atingimento de indicadores corporativos.

O Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, que trata desta participação, estabelece o conjunto de indicadores corporativos que define o montante a ser distribuído aos empregados a título de PLR, tendo como base de cálculo o Lucro Líquido do Sistema Petrobras. Também estão definidas no ACT as regras para pagamento de PLR caso a Companhia não tenha lucro e as metas dos indicadores corporativos forem atingidas.

Com relação programa de participação de lucros ou resultados (PLR) referente ao Exercício de 2018, não há nenhuma obrigação de pagamento reconhecida nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista que, para verificação do atingimento das metas, deve ser considerada a totalidade do Exercício vigente.

A PLR relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 26, será liquidada após realização da Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 25 de abril de 2018.

20.3 Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV

Em outubro de 2016, a Companhia implementou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) BR 2016, visando adequar o efetivo da Companhia considerando o plano de desinvestimento conduzido pela Controladora Petróleo Brasileiro S.A. e as metas de desempenho previstas no Plano de Negócios e Gestão 2017-2021.

O programa, cujo período de inscrições foi encerrado em 30 de dezembro de 2016, obteve 1.105 adesões. O período de desligamento dos empregados inscritos foi de 17 de janeiro a 31 de julho de 2017, conforme plano de ação de gestão do conhecimento ou de sucessão gerencial inerentes aos processos e atividades em que atuam.

Os empregados que aderiram ao PIDV tinham pelo menos 10 anos de tempo de Companhia, completos até 30 de dezembro de 2016, independentemente de cargo ou função. Conforme previsto no Regramento do PIDV BR 2016, os empregados poderão desistir a qualquer momento, situação em que não farão jus ao incentivo financeiro.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O incentivo financeiro a ser pago aos empregados que se desligarem por meio do PIDV foi estipulado em um teto de R\$ 800 mil (oitocentos mil reais) e o piso de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), além das vantagens legais e corporativas.

A Companhia reconheceu a provisão em 31 de dezembro de 2016, correspondente às indenizações devidas aos empregados que aderiram, estando sujeita à revisão periódica pela ocorrência de possíveis desistências, da atualização das remunerações nos acordos coletivos de trabalho até a data da rescisão dos empregados, da atualização do piso e do teto pelo IPCA.

Em 29 de janeiro de 2018, o programa foi reaberto para os empregados que cancelaram suas inscrições durante o período de inscrições ou que apresentaram a desistência formal de sua participação no programa. As inscrições foram voluntárias para os desistentes e foram efetuadas até o dia 2 de março de 2018.

Do total de 407 elegíveis, 83 empregados reativaram sua inscrição ao programa até 2 de março de 2018. No período de 03 de março a 31 de março de 2018 houve 29 desistências dentre os empregados que reativaram sua inscrição. Em 31 de março de 2018, 54 empregados permaneceram com sua inscrição reativada, e estão com data de desligamento prevista para 06 de abril de 2018.

A Companhia estimou uma provisão de R\$ 21 no 1º trimestre de 2018 correspondente às indenizações devidas aos empregados que reativaram sua inscrição e permaneceram inscritos até 31 de março de 2018, estando sujeita a revisão periódica pela ocorrência de possíveis desistências e da atualização do piso e do teto pelo IPCA.

No ano de 2018 a Companhia registrou 1 desligamento e 54 desistências foram revertidas em função da reabertura do PIDV BR 2016.

A provisão referente ao PIDV está registrada no passivo circulante.

Saldo em 31 de dezembro de 2017	8
Desistências	(10)
Reabertura do Programa-Reinscrições	31
Atualização / ajustes	1
Saldo em 31 de março de 2018	30

Os empregados que permanecem inscritos no programa após a última data de desligamento de 31 de julho de 2017 se enquadram em hipóteses estabelecidas no Regramento do PIDV BR - 2016, que tratam dos casos de empregados que tiveram seus contratos de trabalho suspensos ou que mesmo após seu efetivo desligamento,

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

estão aguardando resultado de apuração da Comissão Interna de Averiguação - CIA ou da Controladoria Geral da União - CGU em que seus nomes estejam envolvidos. O pagamento das indenizações previstas no saldo remanescente da provisão será realizado conforme tais casos sejam concluídos, sendo que para o segundo grupo, há a possibilidade de eliminação do programa, situação na qual o participante não fará jus ao recebimento da indenização.

Conforme previsto no Regramento do PIDV BR - 2016 a data limite para pagamento de indenizações, para qualquer caso é 17 de janeiro de 2019. Após essa data o PIDV BR- 2016 será encerrado em caráter definitivo.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social realizado

Em 31 de março de 2018, o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 6.352, está composto por 1.165.000.000 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

21.2 Reservas de lucros

(a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Reserva estatutária

Constituída com justificativa técnica e aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a respeito dos valores e da destinação, para garantir investimentos compatíveis com o desenvolvimento dos negócios da Companhia, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, após a destinação da reserva legal, da reserva para contingência, do dividendo obrigatório, da reserva de lucros a realizar e da reserva de retenção de lucros, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital, de acordo com o artigo 48 do Estatuto Social da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(d) Reserva de incentivo fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

21.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o artigo 48 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

21.3.1 Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

	Consolidado	
	Período de três meses findos	
	em 31 de março de	
	2018	2017
Saldo inicial	273	635
Adição (*)	386	-
Pagamento	-	-
Imposto de renda retido na fonte	(94)	-
Atualização	9	19
Saldo final	574	654

(*) Trata-se da reclassificação dos juros sobre capital próprio de 2017, conforme Demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos dos efeitos dos tributos sobre o lucro, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

21.5 Resultado por ação

	Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de	
	2018	2017
Lucro líquido	247	156
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	1.165.000.000	1.165.000.000
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária	0,21	0,13

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

22 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2018	2017	2018	2017
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	12.001	10.598	12.001	10.598
Gasolina	8.831	8.378	8.831	8.378
Óleo combustível	1.004	1.060	1.004	1.060
Querosene de aviação	2.353	1.933	2.353	1.933
Lubrificantes	500	464	500	464
Asfalto	174	222	-	132
Coque	485	465	485	465
Outros derivados	296	258	296	258
Etanol	1.832	1.116	1.832	1.116
Gás natural	466	384	466	384
Produtos de Suplly-House (a)	295	334	295	334
Serviços, energia e outros	16	16	12	10
	<u>28.253</u>	<u>25.228</u>	<u>28.075</u>	<u>25.132</u>
Juros embutidos no preço dos produtos	(77)	(101)	(77)	(101)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(121)	(125)	(121)	(125)
Bonificação por desempenho (b)	(59)	(69)	(59)	(69)
Prêmios e descontos sobre vendas	(78)	(10)	(78)	(10)
Encargos de vendas	(5.419)	(4.874)	(5.379)	(4.856)
Receita de vendas	22.499	20.049	22.361	19.971

- (a) Trata-se da venda de serviços e produtos químicos para a área de exploração e produção, abastecendo plataformas, sondas, FPSOs e unidades terrestres com os produtos indispensáveis às operações e demais aplicações, sendo o maior cliente a Petrobras.
- (b) Valores concedidos aos clientes em função do cumprimento de prazos e desempenhos acordados contratualmente.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***22.1 Desagregação da Receita**

		Consolidado				
		31.03.2018				
	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total
No país						
Norte	1.129	857	122	18	-	2.126
Nordeste	3.086	1.131	346	94	-	4.657
Centro Oeste	1.540	554	203	6	-	2.303
Sudeste	5.447	2.187	853	1.001	-	9.488
Sul	2.441	964	163	64	-	3.632
No exterior	-	20	391	3	-	414
Total (*)	13.643	5.713	2.078	1.186	-	22.620

(*) Transferência em momento específico no tempo.

A amortização das bonificações antecipadas de R\$121 (R\$125 em 31 de março de 2017) não está sendo considerada na desagregação da receita, conforme nota 26 - Informações por Segmento.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

	Consolidado					
	31.03.2017					
	Grandes					
	Rede de Postos	Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total
No país						
Norte	918	890	98	19	-	1.925
Nordeste	2.700	1.011	298	94	-	4.103
Centro Oeste	1.410	541	168	2	-	2.121
Sudeste	5.018	1.989	719	926	1	8.653
Sul	2.111	709	133	94	-	3.047
No exterior	-	11	293	21	-	325
Total (*)	12.157	5.151	1.709	1.156	1	20.174

(*) Transferência em momento específico no tempo.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***23 Outras receitas (despesas), líquidas**

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2018	2017	2018	2017
Despesas de aluguéis	(31)	(33)	(31)	(33)
Perdas e provisões com processos judiciais	(78)	(80)	(78)	(80)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV	(22)	21	(22)	21
Planos de pensão e saúde - inativos	(79)	(99)	(79)	(99)
Receita de aluguéis e royalties	65	66	65	66
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	19	19	19	19
Relações institucionais e projetos culturais	(8)	(20)	(8)	(20)
Resultado com alienação/baixa de ativos de natureza permanente	1	4	1	4
Outros	(2)	12	(3)	12
Total	(135)	(110)	(136)	(110)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

24 Despesas por natureza

	Consolidado											
	Período de três meses findos em 31 de março de 2018						Período de três meses findos em 31 de março de 2017					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(20.755)	-	-	-	-	(20.755)	(18.092)	-	-	-	-	(18.092)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(20)	(399)	(47)	(34)	-	(500)	(18)	(407)	(51)	(36)	-	(512)
Despesas com pessoal	(12)	(170)	(119)	(102)	-	(403)	(14)	(186)	(129)	(80)	-	(409)
Perdas de crédito esperadas	-	4	-	-	-	4	-	20	-	-	-	20
Depreciação e amortização	(3)	(91)	(12)	-	-	(106)	(4)	(94)	(14)	-	-	(112)
Variação dos estoques (*)	(169)	-	-	-	-	(169)	(437)	-	-	-	-	(437)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(8)	-	(8)	-	-	-	(20)	-	(20)
Tributárias	(1)	-	-	16	(27)	(12)	-	-	-	11	(37)	(26)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(78)	-	(78)	-	-	-	(80)	-	(80)
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	-	-	-	65	-	65	-	-	-	66	-	66
Outras	(22)	(52)	(12)	6	-	(80)	(3)	(36)	(11)	29	-	(21)
Total	(20.982)	(708)	(190)	(135)	(27)	(22.042)	(18.568)	(703)	(205)	(110)	(37)	(19.623)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora											
	Período de três meses findos em 31 de março de 2018						Período de três meses findos em 31 de março de 2017					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(20.639)	-	-	-	-	(20.639)	(18.028)	-	-	-	-	(18.028)
Serviços de terceiros, despesas com fretos e aluguéis	(18)	(393)	(46)	(34)	-	(491)	(17)	(405)	(49)	(36)	-	(507)
Despesas com pessoal	(10)	(167)	(116)	(102)	-	(395)	(12)	(185)	(127)	(80)	-	(404)
Perdas de crédito esperadas	-	2	-	-	-	2	-	20	-	-	-	20
Depreciação e amortização	(2)	(91)	(12)	-	-	(105)	(3)	(94)	(14)	-	-	(111)
Variação dos estoques (*)	(170)	-	-	-	-	(170)	(438)	-	-	-	-	(438)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(8)	-	(8)	-	-	-	(20)	-	(20)
Tributárias	(1)	-	-	16	(27)	(12)	-	-	-	11	(36)	(25)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(78)	-	(78)	-	-	-	(80)	-	(80)
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	-	-	-	65	-	65	-	-	-	66	-	66
Outras	(18)	(51)	(11)	5	-	(75)	-	(34)	(11)	29	-	(16)
Total	(20.858)	(700)	(185)	(136)	(27)	(21.906)	(18.498)	(698)	(201)	(110)	(36)	(19.543)

(*) É o resultado da diferença do estoque final pelo estoque inicial apresentado no Balanço Patrimonial.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

25 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em		Período de três meses findos em	
	31 de março de		31 de março de	
	2018	2017	2018	2017
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(65)	(411)	(64)	(411)
Arrendamentos mercantis financeiros	(2)	(1)	(14)	(12)
Absorção de financiamentos ressarcíveis em espécie	(5)	-	(5)	-
Comissões bancárias	(17)	(11)	(17)	(11)
Outras	(5)	(8)	(5)	(4)
	(94)	(431)	(105)	(438)
Receitas				
FIDC	9	80	9	80
Juros por atraso de clientes	34	24	31	23
Financiamentos a clientes	18	6	18	6
Depósitos judiciais	11	11	11	11
Resultado Hedge de Commodities	7	-	7	-
Aplicações financeiras	3	13	-	7
Outras	2	4	1	2
	84	138	77	129
Variações monetárias				
Ativa				
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado - Sistema Eletrobras	1	184	1	184
Depósitos	1	4	1	4
Outras	2	1	2	1
	4	189	4	189
Passiva				
Arrendamentos mercantis financeiros	(1)	(1)	(11)	(1)
Atualização de dividendos a pagar à Petrobras	(6)	(19)	(6)	(19)
Atualização de dividendos a pagar - terceiros	(3)	-	(3)	-
Empréstimos e financiamentos	(24)	(24)	-	-
Impostos	(4)	-	(4)	-
Outras	-	1	-	(1)
	(38)	(43)	(24)	(21)
Variação cambial	(2)	(1)	(2)	(3)
Resultado financeiro	(46)	(148)	(50)	(144)

Os encargos dos financiamentos (juros e variação monetária) totalizaram R\$ 98 (nota16.3) no período, sendo R\$ 89 reconhecidos no resultado e R\$ 9 como juros capitalizados.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

26 Informações por segmento

A Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio da perspectiva do perfil/ mercado dos seus clientes em relação à Rede de Postos. Em relação ao perfil de clientes, a Administração separadamente considera as atividades de Rede de Postos, Grandes Consumidores e Aviação.

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

Grandes Consumidores

Comercializa combustíveis, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia.

Aviação

Comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

Os demais segmentos relacionados à venda de produtos químicos, asfalto e à geração de energia foram agregados em "Outros", como segmentos operacionais reportáveis, por não terem atingido o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis individuais.

O resultado consolidado das receitas com clientes no Brasil é de R\$ 22.085 (R\$ 19.724 de janeiro a março de 2017), e o total de receita com clientes no exterior, com base no país de destino da venda, é de R\$ 414 (R\$ 325 de janeiro a março de 2017).

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

A seguir, as principais informações financeiras avaliadas pela Diretoria Executiva:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - mar/18

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	13.643	5.713	2.078	1.186	-	22.620	(121)	(a)	22.499
Custo dos produtos vendidos	(12.751)	(5.390)	(1.872)	(966)	-	(20.979)	(3)	(b)	(20.982)
Lucro bruto	892	323	206	220	-	1.641	(124)		1.517
Despesas									
Vendas, gerais e administrativas	(396)	(172)	(116)	(70)	(60)	(814)	(84)	(c)	(898)
Tributárias	(4)	-	(1)	(2)	(11)	(18)	(9)	(d)	(27)
Outras receitas (despesas), líquidas	47	1	1	2	(86)	(35)	(100)	(e)	(135)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	1	(2)	(1)	-		(1)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(46)	(f)	(46)
EBITDA Ajustado	539	152	90	151	(159)	773			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							(363)		410

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - mar/17

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	12.157	5.151	1.709	1.156	1	20.174	(125)	(a)	20.049
Custo dos produtos vendidos	(11.273)	(4.768)	(1.537)	(982)	(4)	(18.564)	(4)	(b)	(18.568)
Lucro bruto	884	383	172	174	(3)	1.610	(129)		1.481
Despesas									
Vendas, gerais e administrativas	(396)	(246)	(122)	(83)	(41)	(888)	(20)	(c)	(908)
Tributárias	(7)	-	(1)	(3)	(11)	(22)	(15)	(d)	(37)
Outras receitas (despesas), líquidas	62	4	3	10	(130)	(51)	(59)	(e)	(110)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	1	(3)	(2)	-		(2)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(148)	(f)	(148)
EBITDA Ajustado	543	141	52	99	(188)	647			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							(371)		276

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Reconciliação com as demonstrações contábeis	31.03.2018	31.03.2017
(a) Receita de Vendas		
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os recipientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(121)	(125)
(b) Custo dos produtos vendidos		
Depreciação e amortização	(3)	(4)
(c) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(103)	(108)
Perdas de crédito esperadas		
Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia e que vêm ultimamente enfrentando dificuldades financeiras.	19	88
(d) Impostos		
Os ajustes de impostos referem-se à anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.		
Anistias fiscais: trata-se das provisões para pagamentos referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da União sobre passivos tributários de ICMS e de tributos federais junto aos Estados e União, respectivamente. A Companhia considera o ajuste apropriado porque fornece informações adicionais aos investidores, visto que não são decorrentes de nossas operações principais.	(2)	-
Encargos tributários sobre receitas financeiras: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(7)	(15)
(e) Outras receitas (despesas), líquidas		
Perdas e provisões com processos judiciais		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(78)	(80)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário		
Os ajustes referem-se aos valores que impactaram os resultados da Companhia pela provisão dos gastos estimados com indenizações relativas ao plano, bem como pela reversão da provisão em função das desistências de adesão ao plano ocorridas nos respectivos períodos.	(22)	21
(f) Resultado Financeiro, líquido	(46)	(148)
Total	(363)	(371)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

27 Processos judiciais, administrativos e contingências

27.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

A Companhia e suas investidas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a:

Processos Fiscais

(i) referentes à transferência de créditos de ICMS de transportadoras e construtoras do Mato Grosso, compensados pela Companhia (R\$ 1.276 em 31 de março de 2018 e R\$ 1.229 em 31 de dezembro de 2017).

Processos Cíveis

(i) processo movido por Valpar em que se discute o suposto descumprimento de Contrato de Transporte e de Mútuo pela Companhia, acarretando prejuízos e inviabilizando a operação de postos da autora (R\$ 87 em 31 de março de 2018 e R\$ 86 em 31 de dezembro de 2017);

(ii) processo movido por Dislub que alega interrupção unilateral do contrato de distribuição por parte da Companhia. Requer a rescisão do contrato com a liberação das garantias e a condenação ao pagamento da multa contratual, indenização a título de perdas e danos e danos morais (R\$77 em 31 de março de 2018 e R\$ 76 em 31 de dezembro de 2017); e

(iii) processo movido por Único Combustíveis Ltda. que visa à condenação da Companhia no pagamento de multa pactuada em contrato de Compra e Venda Mercantil, bem como de indenização por danos morais pela interrupção do fornecimento de combustível (R\$ 71 em 31 de março de 2018 e R\$ 69 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado									
	Período de três meses findos em 31 de março de									
	2018					2017				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	1.400	238	432	9	2.079	1.415	225	441	9	2.090
Adição	6	22	16	-	44	15	16	34	-	65
Utilização	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Reversão	(14)	(7)	(10)	-	(31)	(6)	(14)	(5)	(4)	(29)
Atualização	48	4	7	-	59	18	(1)	9	-	26
Saldo final	1.440	257	445	9	2.151	1.442	225	479	5	2.151

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)*

	Controladora									
	Período de três meses findos em 31 de março de									
	2018					2017				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	1.399	238	432	9	2.078	1.414	225	441	9	2.089
Adição	6	22	16	-	44	15	16	34	-	65
Utilização	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Reversão	(13)	(7)	(10)	-	(30)	(6)	(14)	(5)	(4)	(29)
Atualização	48	4	7	-	59	18	(1)	9	-	26
Saldo final	1.440	257	445	9	2.151	1.441	225	479	5	2.150

As despesas com processos judiciais e administrativos, incluindo atualizações, estão reconhecidas em outras despesas, líquidas.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de março de 2018, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. Entretanto, dada as características das provisões judiciais de longo prazo, não é possível estimar um cronograma referente a saída desses recursos.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias***(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***27.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais**

	Consolidado					
	31.03.2018			31.12.2017		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	257	132	125	238	126	112
Causas fiscais	1.440	10	1.430	1.400	12	1.388
Causas cíveis	445	66	379	432	65	367
Causas ambientais	9	1	8	9	-	9
Total	2.151	209	1.942	2.079	203	1.876

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

27.1.2 Garantias

Parte dos estoques e do imobilizado da Companhia servem como garantias em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré.

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Estoques	248	250	248	250
Imobilizado	18	17	18	17
	266	267	266	267

27.2 Processos não provisionados (perdas possíveis)

Natureza	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Fiscais	7.214	7.091	7.154	7.027
Cíveis - Gerais	2.339	2.127	2.331	2.127
Trabalhistas	203	186	203	186
Cíveis - Ambientais	103	27	103	27
Total	9.859	9.431	9.791	9.367

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

a) Processos de natureza fiscal

Descrição dos processos de natureza fiscal	31.03.2018	31.12.2017
Autores: Estado do RJ		
1) Cobrança da diferença de alíquota nas operações internas com querosene de aviação. Os Estados conferiram regime especial às empresas aéreas reduzindo a alíquota de ICMS. Hoje cobram essa diferença das distribuidoras relativamente às vendas para as companhias aéreas e/ou às transferências entre estabelecimentos da Companhia.	1.214	1.196
Autores: Estados de GO, PA, RJ, RR, SC, SP e TO		
2) Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal.	1.378	1.376
Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, SE e SP e o Distrito Federal		
3) Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20° C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	861	860
Autores: Estados do AP, BA e SP e Discom		
4) Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	654	631
Autor: Estados do AM, BA, CE e PE		
5) Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	478	470
Autor: Estado de PE		
6) Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento. Discute-se se as normas contida no §3º, do art. 32, da Lei Estadual nº 10.259/1989 e do §21, do art. 34, do Decreto nº 14.876/1991, que previam a possibilidade de tomada e manutenção de créditos fiscais de ICMS, foram ou não tacitamente revogadas pela Lei Estadual nº 11.408/1996.	491	484
Autores: Estados da BA, CE, GO, MS, MT, PA, PI, RJ, RN, RO e SC, o Distrito Federal e a União		
7) Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	285	272
Autor: União		
8) Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo.	574	571
Autor: Estado do RJ		
9) Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda.	248	236
Autor: Estado do RJ		
10) Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	94	94

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza fiscal	31.03.2018	31.12.2017
Autor: União		
11) Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e bônus de desempenho pagos aos empregados.	139	116
Autores: Estado do AM, BA, CE, GO, MT, PB, PI, RO e SP		
12) Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte.	114	110
Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, PA, PE, PI, RJ, RO, RS e SP		
13) Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	86	84
Autor: União		
14) Processos em que a Companhia discute a incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração de autônomos que prestaram serviços à Companhia.	41	61
Autores: Estados do AM, CE, ES, GO, MS, MT, PA, PE, PI, RJ e RO		
15) Processos em que a Companhia é exigida por supostas omissões na prestação de informações via SCANEC, as quais supostamente resultaram em ausência ou insuficiência de repasse de ICMS em favor da unidade federativa autuante.	62	56
Autores: Estados do MT e PA		
16) Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	60	57
Autor: União		
17) Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de PIS e COFINS que não foram retidos por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União.	56	55
Autor: União		
18) Processos em que a Companhia é autuada como responsável solidária pelo recolhimento de contribuições previdenciárias.	50	49
Processos diversos de natureza fiscal	329	313
Total	7.214	7.091

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

b) Processos de natureza cível

Descrição dos processos de natureza cível	31.03.2018	31.12.2017
Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A..		
Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis.		
1) Situação atual: a Companhia enviou ao escritório Barroso e Fontelles documentação necessária para produção da defesa no procedimento arbitral. A referida defesa, a ser apresentada até maio, será o momento de a Companhia ofertar toda a sua matéria de defesa, inclusive pedido de suspensão do procedimento arbitral em razão de liminar concedida em Ação Civil Pública movida pela União na qual se contesta a legalidade do procedimento interno prévio à contratação.	734	708
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica		
Cuida-se de investigação a respeito de supostos cartões na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências. Processo distribuído ao relator no Tribunal Administrativo do CADE.		
2) Situação atual: foram disponibilizados aos representados os dados econômicos juntados aos autos pela ANP, no Ofício 20/2018/ANP. Ademais, contextualizamos que se aguarda parecer opinativo do MPF, recomendando a condenação ou arquivamento; após o que, o Conselheiro-Relator poderá começar a escrever seu voto e pedir inclusão do processo em pauta para julgamento.	283	130
Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração		
Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte.		
3) Situação atual: A Companhia interpôs agravo interno em desafio a decisão que havia negado provimento monocraticamente ao Recurso Especial da Companhia. RedeForte já ofertou suas contrarrazões e está marcado despacho em 14/04/2018 com o relator.	264	262
Autor: Francisco Messias Cameli		
Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL).		
4) Situação atual: "Nesse cenário havendo prévio ajuizamento de recurso nº 2009.001881-5 e com fim de se evitar ainda mais o retardamento da demanda bem como tumulto processual considerando que deve prevalecer a distribuição feita ao Desembargador João de Jesus Abdala Simões pois habilitado para conhecer da causa em sintonia com o que dispõe o artigo 55 do Código de Processo Civil suscitado conflito de competência (RITJAM art. 162 § 1º). Encaminhe-se à Presidência do e. TJAM (CPC art. 951RITJAM art. 162)." Processo em fase de apelação, tendo sido a Companhia derrotada em primeira instância.	180	179
Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda		
A DISCOM alega que a Companhia, desde outubro de 1997, houvera firmado um contrato de promessa de compra e venda mercantil, constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando inúmeros prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos e lucros cessantes e indenização por danos morais. Situação atual: "Recebo no duplo efeito o recurso adesivo de fls. 3799/3825. Intime-se o recorrido através dos seus representantes judiciais para no prazo de 15 (quinze) dias respondê-la. Decorrido o prazo com ou sem manifestação remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco." O pedido foi julgado procedente em parte contra a Companhia em primeira instância. Aguardamos julgamento da nossa apelação.	174	170

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza cível	31.03.2018	31.12.2017
Autor: Borborema Energética S.A.		
O autor alega erro na formação do preço da Companhia quando da elaboração do contrato o qual não teria observado a competente Resolução da ANEEL. A Companhia alega que praticou adequadamente os preços da Resolução ANEEL e que a formação de seu preço observou o reajuste previsto em tal resolução.		
6) Situação atual: A Borborema apresentou a petição anexa impugnando os nossos quesitos suplementares e tentando manter como válido parecer apresentado pelo 1º perito. As partes haviam depositado, cada qual, R\$60.000,00, valor equivalente a 50% dos honorários do perito (para cada parte). Fase Pericial.	150	149
Autor: Derivados de Petróleo Santa Izabel Ltda		
Ação de indenização por danos morais e materiais. O autor reivindicava a sustação de protestos de duplicatas mercantis e indenização por danos morais e materiais, sob a alegação de que os títulos protestados teriam sido emitidos indevidamente pela Companhia (notas fiscais e duplicatas com o objetivo de cobrar ICMS), causando-lhe expressivos prejuízos em suas órbitas patrimonial e extrapatrimonial.		
7) Situação atual: processo apensado ao de n. 0000306-59.1998.8.05.0022, onde está sendo processada a liquidação de sentença. Após início da liquidação de sentença por parte da Santa Izabel, tendo o juiz determinado a intimação da Companhia para pagar quantia milionária baseada em planilha unilateralmente apresentada pela requerente contendo graves distorções frente ao julgado, em 04.11.2016 foi proferida decisão em Agravo de Instrumento, no seguinte sentido: "Ante o exposto, acolho o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento para sustar a decisão vergastada até o pronunciamento final neste Agravo de Instrumento. Ofício-se o Juízo da 01ª Vara dos Feitos Cíveis e Comerciais de Barreiras ao respeito do teor dessa 4 decisão, bem como, para, se julgar necessário, apresentar informações sobre o caso. Dou a presente decisão força de ofício para cumprimento da determinação constante no parágrafo anterior. Intime-se o Agravado para, querendo, apresentar de contrarrazões no prazo de lei". Em primeira instância o juiz intimou o exequente a se manifestar acerca da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela Companhia, estando os autos conclusos para decisão, desde 20/11/2017.	137	134
Autor: Boborema Energética S.A		
Ação em que o autor pede a nulidade de diversas cláusulas contratuais do contrato de promessa de compra e venda mercantil celebrado em 29.12.2009, tais como a de compra com exclusividade, a de limitação de fornecimento de óleo combustível à Borborema e de remuneração da Borborema à Companhia dos investimentos realizados pelo Sistema Petrobras para viabilizar o fornecimento.		
8) Situação atual: Designada a data de 04/04/2018 (quarta-feira), a partir das 10h, para o julgamento do Agravo de Instrumento interposto pela Borborema contra a decisão de indeferimento da liminar. 17ª Câmara Cível. O juízo singular havia indeferido o pedido de antecipação de tutela da Autora e mandou as partes se manifestarem sobre as provas que pretendem produzir.	57	56
Processos diversos de natureza cível	360	339
Total	2.339	2.127

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

c) Processos de natureza ambiental

Descrição dos processos de natureza ambiental	31.03.2018	31.12.2017
Autor: Ministério Público do Estado de Goiás		
1) Ação Civil Pública por meio da qual o MP-GO pede a condenação da Companhia, da Transportadora ITA e do Município de Goiânia em danos ambientais decorrentes de derramamento de 12.000 litros de produto asfáltico em rios do Estado de Goiás, em razão de acidente ocorrido no momento da descarga do caminhão-tanque na Secretaria de Obras de Goiânia, cliente da Companhia.		
Situação atual: A Companhia apresentou contestação regularmente.	73	-
Processos diversos de natureza ambiental	30	27
Total	103	27

28 Compromissos contratuais

a) Compromissos com a Petrobras

A Companhia possui compromissos incondicionais de compra com a Petrobras para o período de 31 de dezembro de 2018 a 2025 de aproximadamente 3,8 bilhões de m³ de gás natural, que corresponde a um valor total restante estimado de R\$ 2.352.

b) Contratos "take or pay"

A Companhia possui contratos com cláusula de *take or pay* referentes a compra de derivados de petróleo e de prestação de serviços, conforme segue abaixo:

Compra de derivados de petróleo, para o período de 5 anos, que correspondem a um valor total estimado de R\$ 856 com a Petrobras, R\$ 106 com a Braskem e de R\$ 63 com a Refinaria de Petróleo Riograndense;

Compra de gás natural para o período de cinco anos, num valor estimado de R\$ 116 com a SULGAS, de R\$ 67 com a POTIGAS e de R\$ 56 com a COMPAGAS;

Serviços prestados pela Brasil Carbonos nas plantas de Taubaté/SP e Cosmópolis. O contrato estabelece a prestação de serviços de beneficiamento para 21.080 mil toneladas de coque verde de petróleo, ao valor estimado de R\$ 580, até outubro de 2033; e

Serviços de armazenagem, para o período de 3 anos, ao valor estimado de R\$ 110 com a Terminal Químico de Aratu, R\$ 80 com a AGEO Terminais e R\$ 37 com a Cattalini Terminais.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

c) Contratos de transporte

A Companhia possui compromissos contratuais com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R\$ 418, até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de *hedge* definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito, sendo que parte desta exposição possui atualização pela aplicação de taxas de juros sobre os financiamentos de clientes. A Companhia também está sujeita aos riscos de liquidez, de mercado e de variação na taxa de câmbio.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

	Nível Hierarquia	Consolidado		Controladora		
	Notas	Valor Justo	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Custo amortizado						
Ativos						
Caixa e bancos	5		262	261	260	257
Aplicações financeiras	5		843	222	616	-
Contas a receber	6		5.244	5.880	5.377	5.926
Depósitos judiciais	11		1.017	1.000	994	977
NTN-P (Outros ativos realizáveis a longo prazo)			2	2	2	2
			7.368	7.365	7.249	7.162
Custo amortizado						
Passivos						
Fornecedores	15		2.318	2.682	2.272	2.645
Financiamentos	16		4.585	4.640	3.692	3.628
Cessão de direitos creditórios	30.2		13	26	-	-
Arrendamentos mercantis financeiros	17.1.1		73	72	523	600
			6.989	7.420	6.487	6.873
Valor justo por meio do resultado						
Ativos						
Precatórios (Contas a receber - Circulante)	6	2	24	24	24	24
Hedge Commodities (Outros - Ativo Circulante)		1	-	6	-	6
Hedge Cambial (Outros - Ativo Circulante)		2	5	2	5	2
			29	32	29	32
Valor justo por meio do resultado						
Passivos						
Hedge Commodities (Outros - Passivo Circulante)		1	4	79	4	79
Hedge Cambial (Outros - Passivo Circulante)		2	5	2	5	2
			9	81	9	81

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

29.2 Risco de mercado

29.2.1 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros sobre o passivo da Companhia está associado, principalmente, ao CDI, indexador dos financiamentos com o Itaú (nota 16), e às taxas de IPCA, que é o indexador dos Certificados de Recebíveis Imobiliários.

29.2.1.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia e suas investidas consolidadas, atualmente não utilizam instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de março de 2018.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

			Consolidado		
Exposição em 31 de março de 2018	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - possível (***)	Cenário III - remoto (***)	
	CDI (*)	6,88%	8,60%	10,32%	
	IPCA	4,08%	5,10%	6,12%	
	SELIC	7,00%	8,75%	10,50%	
	IGPM	4,30%	5,38%	6,45%	
	INPC (**)	4,08%	5,10%	6,12%	
Instrumentos financeiros ativos					
Aplicações financeiras - CDI	616	CDI	42	53	64
Aplicações - FIDC	148	CDI	10	13	15
Aplicações financeiras - SELIC	155	SELIC	11	14	16
Financiamentos a receber CDI- 100%	124	CDI	9	11	13
Financiamentos a receber IGPM - 100%	269	IGPM	12	14	17
Financiamentos a receber INPC- 100%	106	INPC	4	5	6
Financiamentos a receber SELIC- 100%	104	SELIC	7	9	11
Instrumentos financeiros passivos					
Debêntures	(3.636)	CDI	(279)	(349)	(419)
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	(881)	IPCA	(36)	(45)	(54)
Resultado financeiro líquido, conforme estimativas					
Ganho/(perda)			(220)	(275)	(330)

(*) Foi utilizada a SELIC considerando a proximidade com o CDI.

(**) Foi utilizado o IPCA considerando a proximidade com o INPC.

Critérios

Cenário provável - considera a projeção da taxa para 2019, conforme Relatório Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil em 29 de março de 2018.

(***) Cenário II e III - consideram uma deterioração da taxa projetada no cenário provável de 25% e 50%, respectivamente.

Para a análise de sensibilidade foi considerada apenas a deterioração da taxa de juros em relação ao saldo em aberto em 31 de março de 2018, considerando este constante.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29.2.2 Risco cambial

Em função das vendas a clientes estrangeiros, o risco cambial é um dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

29.2.2.1 Gerenciamento de risco cambial

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros e contrata, também, para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis. No primeiro caso, o objetivo da operação é garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Já no segundo caso, o objetivo é proteger o custo do produto importado.

Entre janeiro e março de 2018 foram contratadas operações de *hedge* para exportação no total de US\$ 119 milhões e o total de US\$ 310 milhões para importação. Em relação ao faturamento de exportação em dólar do segmento de aviação ocorrido no mesmo período, o percentual de *hedge* contratado representou 99%. No tocante ao montante importado, a empresa contratou *hedge* cambial para 83% entre janeiro e março de 2018 para as cargas no modelo por conta e ordem – onde há exposição cambial.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* cambial para cobertura de, no máximo, 100% tanto do montante das exportações quanto das importações.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial entre janeiro e março de 2018 geraram um resultado negativo para a Companhia de R\$ 2.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF, conforme definido no artigo 2º. da Deliberação CVM no. 550 de 2008.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Contratos a termo de dólar (NDF)	Valor de referência (nacional) (USD)		Valor justo (R\$)		Vencimento
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017	
Posição Comprada	-	55	-	1	1T18
Posição Comprada	101	-	5	-	2T18
Posição Vendida	-	78	-	(1)	1T18
Posição Vendida	84	-	(5)	-	2T18

O *hedge* cambial, registrado a valor justo, está classificado como Nível 2.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de março de 2018, os cenários possíveis e remotos consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data. O valor justo no cenário provável é calculado com base na PTAX de venda do último dia útil atualizada pelo cupom limpo, obtido no site da B3, que ajusta o valor de acordo com o vencimento de cada contrato. Datas intermediárias são interpoladas.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco (**)	Cenário Provável em 31.03.2018 (*)	Cenário Possível (Δ de - 25%)	Cenário Remoto (Δ de - 50%)
Contratos a termo de dólar (NDF)	Desvalorização do Dólar frente ao Real	-	(14)	(28)

(*) - R\$ 10 mil (dez mil reais)

(**) A Cia tem mais posição comprada do que vendida em USD

29.2.3 Gerenciamento de risco de preços

Em julho de 2017 a Petrobras divulgou uma nova política de preços para diesel e gasolina que, além de levar em consideração fatores como sua capacidade produtiva de refino, tem como objetivo alinhar os preços de derivados de petróleo com o mercado internacional. Com isso, desde então, o preço do combustível no mercado interno tem sofrido alterações diárias.

No mercado internacional, os preços praticados para venda do petróleo e seus derivados são influenciados por diversos fatores de caráter macroeconômico, geopolítico, capacidade de produção por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), impactos no meio ambiente e desenvolvimento de novas tecnologias e fontes alternativas de energia, dentre outros. Tendo em vista esses fatores diversos, alheios ao controle da Companhia, de forma a mitigar o risco de *commodity* e favorecer o alinhamento entre o fluxo de receita e despesa, a Companhia passou a realizar operação de *hedge* para as cargas compradas no

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

mercado internacional. Desta forma, acredita-se que os custos e receitas da Companhia estejam mais aderentes ao planejado, fazendo com que o fluxo de caixa seja preservado, assim como a rentabilidade dos negócios.

Conforme política de gestão de risco todas as operações com derivativos de *commodity* possuem lastro em atividades comerciais e de suprimento.

Entre 1º de janeiro e 31 de março de 2018 foram contratadas operações de *hedge* para aproximadamente 694 mil m³ de Gasolina e Diesel.

A análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Contratos (em centavos por galão)			(em milhões de reais)			
Tipo	Quantidade	Preço Médio de Venda	Fechamento em 31/03/2018	MTM (Valor do Contrato)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
HO MAI 2018 (Diesel)	689	667	672	(1)	(50)	(99)
RBOB MAI 2018 (Gasolina)	195	671	672	(0.08)	(14)	(28)

O valor justo do derivativo de *commodity* está classificado como nível 1.

29.3 Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos preponderantemente em seus gastos operacionais. Geralmente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, havendo, em função de oportunidades existentes no mercado financeiro, eventuais operações financeiras para financiamento de projetos ou como resposta a um evento de liquidez específico.

29.3.1 Gerenciamento de risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela área financeira da Companhia. Trabalha-se com um fluxo anual, o qual é monitorado através de revisões de projeções mensais, discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário.

O excesso de caixa é aplicado em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Acontecimentos que venham a onerar a

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

geração de caixa, no limite do seu giro, são atendidos com recursos do fundo corporativo.

Em paralelo, mantém-se sempre espaço para estruturas financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

O fluxo nominal do principal e juros dos financiamentos é apresentado a seguir:

Período	Consolidado		
	Principal	Juros	Total
2018	18	279	297
2019	120	325	445
2020	3.640	186	3.826
2021	122	38	160
2022	130	31	161
2023	140	24	164
2024 em diante	359	77	436
Total	4.529	960	5.489

O fluxo dos pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros está apresentado na nota 17.1.1, junto com o fluxo dos recebimentos.

29.4 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas.

29.4.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados os comportamentos de pagamento do cliente e de seu grupo econômico, as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), as garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência aprovada pela Administração para concessão de crédito.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações de *hedge*, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias, transportadoras, clientes governo e setor aéreo. A exposição ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber.

A carteira de limite de crédito da Companhia somava aproximadamente R\$ 9,8 bilhões em 31 de março de 2018.

29.5 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos.

A gestão e o acompanhamento de capital ocorrem através de:

- controle do fluxo diário de caixa;
- projeção e acompanhamento da realização do fluxo de caixa de curto e médio prazos da Companhia, estruturando o Plano Financeiro que suportará os processos orçamentários;
- acompanhamento do saldo, vencimento e custo do endividamento da Companhia e das variáveis que impactam a sua alavancagem;
- análise do ciclo de caixa e da necessidade de capital de giro; e
- acompanhamento das variáveis que impactam o capital de giro, integrando as iniciativas relacionadas à gestão da necessidade de capital de giro.

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Financiamentos (nota 16)	4.585	4.640	3.692	3.628
Arrendamentos mercantis financeiros (nota 17)	73	72	523	600
Cessão de direitos creditórios (nota 30.2)	13	26	-	-
Endividamento total	4.671	4.738	4.215	4.228
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(1.105)	(483)	(876)	(257)
Menos: Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC - NP (nota 6)	(148)	(370)	(136)	(356)
Endividamento líquido	3.418	3.885	3.203	3.615
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores (nota 21)	8.510	8.826	8.510	8.826
Endividamento líquido / (endividamento líquido + patrimônio líquido)	29%	31%	27%	29%

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29.6 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 31 de março de 2018, o valor justo estimado para os financiamentos da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 16.4.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

30 Partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde atua e as partes envolvidas nas negociações.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30.1 Transações comerciais e outras operações

30.1.1 Por operação

Consolidado						
31.03.2018						
	Resultado	Circulante	Ativo Não circulante	Total	Circulante	Passivo Não circulante
Resultado						
Receitas	661					
Variações monetárias e cambiais líquidas	(4)					
Receitas (despesas) financeiras líquidas	12					
Outras receitas e despesas	1					
Ativo						
Contas a receber (nota 6), sem FIDC		348	2.958	3.306		
Títulos e valores mobiliários		-	2	2		
Caixa e equivalentes de caixa		161	-	161		
Depósitos judiciais		-	777	777		
Passivo						
Fornecedores (Nota 15)					1.142	-
Dividendos					405	-
Financiamentos (nota 16.1)					7	5
Adiantamento de clientes					72	-
Arrendamentos mercantis financeiros					4	21
Em 31.03.2018	670	509	3.737	4.246	1.630	26
Janeiro a Março/2017	1.030					
Em 31.12.2017		838	3.738	4.576	1.754	26

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Controladora							
31.03.2018							
		Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado							
Receitas	662						
Variações monetárias e cambiais líquidas	(15)						
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(1)						
Outras receitas e despesas	1						
Ativo							
Contas a receber (nota 6), sem FIDC		579	2.958	3.537			
Títulos e valores mobiliários		-	2	2			
Caixa e equivalentes de caixa		152	-	152			
Depósitos judiciais		-	754	754			
Passivo							
Fornecedores (Nota 15)					1.101	-	1.101
Dividendos					405	-	405
Adiantamento de clientes					72	-	72
Arrendamentos mercantis financeiros					118	405	523
Em 31.03.2018	647	731	3.714	4.445	1.696	405	2.101
Janeiro a Março/2017	1.040						
Em 31.12.2017		1.008	3.715	4.723	1.839	474	2.313

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As compras efetuadas totalizaram R\$ 14.963 (R\$ 13.908 até março de 2017), sendo R\$ 14.701 (R\$ 13.665 até março de 2017) com a Petrobras, R\$ 143 (R\$ 127 até março de 2017) com a Braskem e R\$ 119 (R\$ 116 até março de 2017) com a Refinaria de Petróleo Riograndense.

A Petrobras é garantidora de algumas operações de financiamentos da Companhia, conforme apresentado na nota 16.1.

A Companhia possui contratos com a Petrobras para o período de 5 anos referentes a compra de derivados de petróleo, que corresponde a um valor total estimado de R\$ 21.487.

Em 1º de março de 2016, a Companhia celebrou novo contrato com a Petrobras, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de Coque Verde de Petróleo por ano, ao longo de 5 anos, a partir da data em que foi firmado, prorrogável por até igual período, ao valor estimado de R\$ 5.500, para o primeiro período contratual.

Em 27 de junho de 2017, foi aprovado o segundo termo aditivo ao contrato de compra e venda de CVP com a Petrobras, tendo a assinatura ocorrido em 30 de junho. Mais uma vez, o aditivo visa possibilitar à Companhia a continuidade de sua atividade de distribuição e comercialização do CVP, com condições mais em consonância com o mercado atual. Foram alteradas condições contratadas referente à fórmula de preço, definição da comercialização do coque para o segmento de calcinação, condições de faturamento/pagamento e alteração dos itens de compensação financeira por quantidade e penalidade por redução de carga da refinaria.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30.1.2 Por empresa

	Consolidado									
	Resultado		Ativo				Passivo			
			31.03.2018		31.12.2017		31.03.2018		31.12.2017	
	31.03.2018	31.03.2017	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	1	499	15	2.958	2.973	2.992	-	-	-	1
Petrobras e Controladas do Sistema Petrobras										
Petrobras	397	405	183	-	183	327	1.441	-	1.441	1.564
Petrobras Global Trading BV	-	-	-	-	-	45	49	-	49	25
Transpetro	9	11	14	-	14	17	14	-	14	16
Petrobras Paraguay Operaciones y Logistica	11	4	9	-	9	2	13	-	13	-
Outras	10	8	4	-	4	5	-	-	-	2
	427	428	210	-	210	396	1.517	-	1.517	1.607
Empreendimentos controlados em conjunto do Sistema Petrobras										
Termocabo	11	10	8	-	8	5	-	-	-	-
Petrocoque	15	18	-	-	-	-	-	-	-	-
Logum Logística	-	-	-	-	-	-	6	-	6	6
CDGN	(1)	(1)	-	-	-	-	4	21	25	25
Outras	8	12	1	-	1	1	7	-	7	15
	33	39	9	-	9	6	17	21	38	46
Coligadas do Sistema Petrobras										
Suape II	97	105	28	-	28	55	-	-	-	-
Braskem	6	5	4	-	4	10	17	-	17	15
Outras coligadas	3	13	1	-	1	1	-	-	-	-
	106	123	33	-	33	66	17	-	17	15
Entidades governamentais										
Títulos governamentais	-	-	-	2	2	2	-	-	-	-
Bancos Controlados pela União	13	(151)	161	777	938	1.039	7	5	12	12
Clientes - Governo Federal	90	92	81	-	81	75	72	-	72	99
	103	(59)	242	779	1.021	1.116	79	5	84	111
Total	670	1.030	509	3.737	4.246	4.576	1.630	26	1.656	1.780

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Resultado		Ativo				Passivo				Controladora
			31.03.2018		31.12.2017		31.03.2018		31.12.2017		Total
	31.03.2018	31.03.2017	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total	
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	1	499	15	2.958	2.973	2.992	-	-	-	-	1
Petrobras e Controladas do Sistema Petrobras											
Petrobras	397	405	182	-	182	326	1.364	-	1.364	1.496	
Stratura	1	22	1	-	1	1	-	-	-	-	
Transpetro	9	11	14	-	14	17	14	-	14	16	
Petrobras Paraguay Operaciones y Logística	11	4	9	-	9	2	13	-	13	-	
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(22)	(11)	230	-	230	179	146	384	530	608	
Petrobras Global Trading BV	-	-	-	-	-	45	49	-	49	25	
Outras	9	6	5	-	5	6	-	-	-	2	
	405	437	441	-	441	576	1.586	384	1.970	2.147	
Operações em conjunto do Sistema Petrobras											
Brasil Carbonos	-	-	-	-	-	-	4	-	4	5	
Empreendimentos controlados em conjunto do Sistema Petrobras											
Termocabo	11	10	8	-	8	5	-	-	-	-	
Petrocoque	15	18	-	-	-	-	-	-	-	-	
Logum Logística	-	-	-	-	-	-	6	-	6	6	
CDGN	(1)	(1)	-	-	-	-	4	21	25	25	
Outras	8	12	1	-	1	1	7	-	7	15	
	33	39	9	-	9	6	17	21	38	46	
Coligadas do Sistema Petrobras											
Suape II	97	105	28	-	28	55	-	-	-	-	
Braskem	6	5	4	-	4	10	17	-	17	15	
Outras coligadas	3	13	1	-	1	1	-	-	-	-	
	106	123	33	-	33	66	17	-	17	15	
Entidades governamentais											
Títulos governamentais	-	-	-	2	2	2	-	-	-	-	
Bancos Controlados pela União	12	(150)	152	754	906	1.006	-	-	-	-	
Clientes - Governo Federal	90	92	81	-	81	75	72	-	72	99	
	102	(58)	233	756	989	1.083	72	-	72	99	
Total	647	1.040	731	3.714	4.445	4.723	1.696	405	2.101	2.313	

As transações com bancos controlados pela União foram efetuadas, principalmente, com o Banco do Brasil.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30.2 Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Contas a receber (nota 6)	148	370	136	356
Total classificado no ativo circulante	148	370	136	356
Cessões de direitos performados e não performados	(13)	(26)	-	-
Total classificado no passivo circulante	(13)	(26)	-	-

	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2018	2017	2018	2017
Receita financeira FIDC-NP	9	80	9	80
Despesa financeira FIDC-NP	(1)	(1)	(1)	-
Resultado financeiro	8	79	8	80

As cessões de direitos creditórios performados e não performados estão classificadas no passivo circulante.

Não performados são créditos cujos recebimentos dependam ainda de alguma contrapartida ou contraprestação do originador ou cedente, ou seja, pela entrega futura de produtos e serviços. Performados são créditos já faturados, onde o cedente já cumpriu as suas obrigações (serviços já prestados ou mercadorias já entregues e, em qualquer caso, aceitos), restando apenas a obrigação do devedor em efetuar o pagamento.

A taxa de desconto na cessão de direitos creditórios do FIDC NP Petrobras é de 100,5% do CDI; não há IOF e IR na operação.

As aplicações em cotas do FIDC-NP estão classificadas no ativo circulante, contas a receber. A taxa de remuneração é de 100% do CDI. No caso de resgate nos primeiros 30 dias de aplicação, há IOF sobre o rendimento, por meio de tabela regressiva.

As subsidiárias do Sistema Petrobras têm 100% de cotas seniores do FIDC-NP e, historicamente, todas as solicitações de resgates das subsidiárias foram atendidas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30.2.1 Conciliação do fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Saldo inicial	26	31	-	-
Adição	789	-	789	-
Baixas	(803)	(5)	(790)	-
Juros	1	-	1	-
Saldo final	13	26	-	-

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30.3 Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora					
	Período de três meses findos em 31 de março de					
	2018			2017		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração (Titulares)	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração (Titulares)	Total
Salários e benefícios	2,5	0,3	2,8	1,8	0,3	2,1
Encargos sociais	0,7	-	0,7	0,6	0,1	0,7
Previdência complementar	0,3	-	0,3	0,2	-	0,2
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,1	-	0,1	-	-	-
Total	3,6	0,3	3,9	2,6	0,4	3,0

Em 31 de março de 2018, a despesa consolidada com os honorários de diretores e conselheiros totalizaram R\$ 3 (R\$ 3 em 31 de março de 2017).

Em 31 de março de 2018, a Companhia mantinha cinco membros na Diretoria Executiva e nove membros no Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

31 Eventos Subsequentes

Negociação de dívidas do Sistema Eletrobras

Em 30 de abril de 2018, a Companhia assinou instrumentos referentes a negociações com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras (Eletrobras Amazonas, Eletrobras Roraima, Eletrobras Rondônia e Eletrobras Acre), visando a celebração de acordo relativo a dívidas decorrentes de fornecimento no passado de derivados de petróleo para a geração de energia no norte do país, no valor atualizado de R\$ 4,6 bilhões, cujo valor histórico é de R\$2,9 bilhões, conforme Nota Explicativa 6.2.

Desse modo, foram celebrados Instrumentos de Confissão de Dívidas – ICDs para as dívidas hoje ajuizadas (em cobrança judicial), que compõem a maior parte dos valores em questão no caso da Companhia e que contarão com garantia (fiança) prestada pela Eletrobras até que ocorra a privatização das empresas controladas e que deverão ser quitados em 36 prestações mensais (sem carência), atualizadas por taxas de mercado.

Foram firmados, ainda, Instrumentos de Assunção de Dívida – IADs, condicionados a efetiva privatização das distribuidoras, através dos quais R\$1,3 bilhão será assumido diretamente pela Eletrobras por meio destes IADs, com previsão de garantia mais sólida, consubstanciada na cessão de créditos de contratos com empresas do sistema Eletrobras. A parte da dívida que não for assumida pela Eletrobras (R\$3,3 bilhões) irá permanecer com os devedores atuais através dos ICDs vigentes, sendo que com a privatização deverão ser apresentadas garantias fidejussórias em substituição àquelas prestadas pela Eletrobras.

Caso não aconteça a privatização das distribuidoras controladas da Eletrobras em questão, os ICDs agora firmados (R\$4,6 bilhões) prosseguem com seus efeitos e sob responsabilidades das mesmas distribuidoras. Nada obstante, neste caso, a fiança oferecida pela Eletrobras perderá efeito e não haverá assunção de dívida pela Eletrobras.

A Companhia entende que esta negociação está em linha com nossa estratégia quanto à gestão destes valores a receber e não antevê neste momento impactos relevantes em seus resultados no curto prazo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2017 e 31 de março de 2018

Títulos das notas explicativas	Número das notas explicativas	
	Anual de 2017	ITR 1T-2018
Considerações gerais	1	1
Base de preparação das demonstrações contábeis	2	2
Uso de estimativas e julgamentos	3	3
Principais políticas contábeis	4	4
Caixa e equivalentes de caixa	6	5
Contas a receber, líquido	7	6
Estoques	8	7
Impostos e contribuições a recuperar	9	8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	9
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	11	10
Depósitos judiciais	12	11
Investimentos	13	12
Imobilizado	14	13
Intangível	15	14
Fornecedores	16	15
Financiamentos	17	16
Arrendamentos mercantis	18	17
Adiantamento de clientes	19	18
Impostos e contribuições a recolher	20	19
Benefícios concedidos a empregados	21	20
Patrimônio líquido	22	21
Receita de vendas	23	22
Outras receitas (despesas), líquidas	24	23
Despesas por natureza	25	24
Resultado financeiro líquido	26	25
Informações por segmento	27	26
Processos judiciais, administrativos e contingências	28	27
Compromissos contratuais	29	28
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	30	29
Partes relacionadas	31	30
Eventos Subsequentes	33	31

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As notas explicativas do relatório anual de 2017 que foram suprimidas no ITR de 31 de março de 2018 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Número das notas explicativas
Novas normas e interpretações	5
Descrição das atividades das controladas	13.2
Descrição da operação em conjunto	13.3
Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto	13.4
Descrição das atividades da coligada	13.5
Ativos dos planos de pensão	21.2
Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos	21.4
Seguros	32

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO
Presidente

BRUNO CESAR DE PAIVA E
SILVA
Conselheiro

CLEMIR CARLOS MAGRO
Conselheiro

DURVAL JOSÉ SOLEDADE
SANTOS
Conselheiro

FRANCISCO ARRUDA VIEIRA
DE MELO FILHO
Conselheiro

JERÔNIMO ANTUNES
Conselheiro

JORGE CELESTINO RAMOS
Conselheiro

REINALDO GUERREIRO
Conselheiro

SEGEN FARID ESTEFEN
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

IVAN DE SÁ PEREIRA JUNIOR
Presidente

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Diretor Executivo da Rede de Postos

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO
Diretor Executivo de Mercado Consumidor

RAFAEL SALVADOR GRISOLIA
Diretor Executivo Financeiro e de Relações
com Investidores

ALÍPIO FERREIRA PINTO JUNIOR
Diretor Executivo de Operação e Logística

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO
Contador - CRC - RJ – 077.292/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Conselheiros e Acionistas da
Petrobras Distribuidora S.A
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Efeito da operação lava jato nas operações da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às informações contábeis intermediárias, que descreve que: i) não foi identificada, até o momento, qualquer informação adicional que impactasse de forma relevante a metodologia de cálculo adotada para constituição da baixa com pagamentos indevidos registrada em 30 de setembro de 2014; e ii) investigações internas conduzidas por escritórios e advocacia independentes, sob a direção de um Comitê Especial constituído pelo acionista controlador da Companhia continuam em andamento, sendo que até o presente momento nenhum impacto adicional aquele divulgado nas demonstrações contábeis intermediárias foi identificado. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellanger
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petrobras Distribuidora S.A - BR, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia do período findo em 31 de março de 2018;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias da Companhia do período findo em 31 de março de 2018.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 2018.

Ivan de Sá Pereira Junior
Presidente

Marcelo Fernandes Bragança
Diretor Executivo da Rede de Postos

Gustavo Henrique Braga Couto
Diretor Executivo de Mercado Consumidor

Rafael Salvador Grisolia
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Alípio Ferreira Pinto Junior
Diretor Executivo de Operação e Logística

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petrobras Distribuidora S.A - BR, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia do período findo em 31 de março de 2018;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias da Companhia do período findo em 31 de março de 2018.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 2018.

Ivan de Sá Pereira Junior
Presidente

Marcelo Fernandes Bragança
Diretor Executivo da Rede de Postos

Gustavo Henrique Braga Couto
Diretor Executivo de Mercado Consumidor

Rafael Salvador Grisolia
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Alípio Ferreira Pinto Junior
Diretor Executivo de Operação e Logística